

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GALVÊAS, Ernane. Ernane Galvêas I (depoimento, 1989). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO CENTRAL DO BRASIL e BANCO CENTRAL DO BRASIL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ernane Galvêas I  
(depoimento, 1989)**

Rio de Janeiro

2017

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Eduardo Raposo; Plínio de Abreu Ramos;

***Levantamento de dados:*** Eduardo Raposo; Plínio de Abreu Ramos;

***Pesquisa e elaboração do roteiro:*** Eduardo Raposo; Plínio de Abreu Ramos;

***Técnico de gravação:*** Clodomir Oliveira Gomes;

***Local:*** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

***Data:*** 11/10/1989 a 18/10/1989

***Duração:*** 3h 30min

Fita cassete: 4; Fita rolo: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória do Banco Central do Brasil", na vigência do convênio entre o Banco Central e o CPDOC-FGV, firmado em 1989. O projeto objetiva uma série de publicações acerca dos dirigentes do banco e figuras de destaque na vida econômica do país, das quais "Octavio Gouvêa Bulhões: depoimento" e "Dênio Nogueira: depoimento" já se encontram à disposição. A escolha do entrevistado se justificou por seu cargo como presidente do Banco Central do Brasil.

***Temas:*** Banco Central do Brasil; Banco do Brasil; Delfim Neto; Economia; Economistas; Ernane Galvêas; Estatização; Governo Jânio Quadros (1961); Governo João Goulart (1961-1964); Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961); Governos militares (1964-1985); Mário Henrique Simonsen; Ministério da Fazenda; Plano de Metas (1956-1960); Política cambial; Política econômica; Roberto Campos; Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc);

## *Sumário*

### 1a. Entrevista:

Origens familiares: a profissão do pai e as transferências da família no interior do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; o impacto da Depressão de 1929 na economia brasileira e as consequências na vida familiar; lembranças da infância e formação escolar; a opção pelo Banco do Brasil: a influência do cunhado e a preparação para o concurso de fevereiro de 1942; a experiência na agência do Méier, no Rio de Janeiro, onde trabalhou de 1942 a 1952; o prestígio e a qualidade dos funcionários do Banco do Brasil e seu aproveitamento na formação de quadros de outras instituições; a opção do entrevistado pelo estudo de contabilidade e o exercício da profissão de contador, paralelo ao trabalho no Banco do Brasil; a interrupção das atividades na agência do Méier em virtude de convocação do Exército (1943); a opção pelo ingresso no Departamento Econômico da Sumoc, inicialmente como datilógrafo de Herculano Borges da Fonseca (1952); a formação dos quadros da Sumoc e a diferença entre os funcionários da Inspeção Geral de Bancos e o grupo mais moço trazido por Herculano Borges da Fonseca para o Departamento Econômico; a experiência do entrevistado no Departamento Econômico da Sumoc e a realização dos cursos de economia, no Rio de Janeiro, e de teoria e política monetária, no México (1954); o mestrado em economia na Universidade de Yale (1958-9): impressões sobre o funcionamento do capitalismo norte-americano e estruturalista de ensino do curso; o contato com a teoria estruturalista da CEPAL e breve análise do trabalho de Raul Prebisch; a participação da Sumoc e do Itamarati, especialmente de Roberto Campos, na elaboração do Plano de Metas do governo Juscelino; críticas à política cambial do governo Juscelino e breve comparação com a situação atual; as mudanças cambiais no governo Jânio Quadros, à época em que o entrevistado era assessor econômico do ministro da Fazenda Clemente Mariani; avaliação do governo Jânio Quadros; relação de alguns funcionários da Sumoc; atuação do entrevistado como assessor econômico do Ministério da Fazenda durante o governo João Goulart e o trabalho de três meses no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington; breve menção ao cargo de diretor financeiro da Comissão de Marinha Mercante, que assumiu ainda no governo João Goulart; avaliação do governo Jango; o processo de constituição do Banco Central do Brasil: a passagem da Sumoc para Banco Central, no governo Castelo Branco, comparação com o processo de criação de bancos centrais europeus, as funções desempenhadas pelo Banco do Brasil ao longo de sua história, as diversas etapas de formulação do projeto de criação do Banco Central, desde os anos 20; a estrutura da Sumoc e as divergências entre os departamentos, especialmente com relação ao Departamento Econômico; críticas às dimensões adquiridas pelo Banco Central quando de sua constituição e comparação com as atribuições dos bancos centrais da Europa, Estados Unidos e da América Latina; opinião sobre o Conselho Monetário Nacional e sobre a ideia de um banco central independente; menção ao trabalho, realizado juntamente com Rui Leme e Genival Almeida Santos a partir de 1968, de mudança do sistema cambial; o processo de indicação do entrevistado para a presidência do Banco Central (1968), em substituição a Rui Aguiar Leme ..... 1 a 32

### 2a. Entrevista:

Balanco da política econômica do governo Costa e Silva e comparação com as diretrizes fixadas no governo Castelo Branco; as diferenças de origem entre o grupo de economistas do

governo Castelo Branco e aquele do governo Costa e Silva; referência à atuação do entrevistado como presidente do Banco Central durante os governos Costa e Silva e Médici (1968-74); opção pelo trabalho na iniciativa privada e experiência na implantação e no desenvolvimento da Aracruz Celulose, no Espírito Santo (1974-9); circunstâncias da nomeação do entrevistado para a presidência do Banco Central durante o governo Figueiredo (1979-80); mudanças na política econômica durante o período Costa e Silva em relação ao governo anterior; balanço da relação entre Estado e economia a partir da Segunda Guerra Mundial: a estatização e o neoliberalismo; o quadro dessa relação entre Estado e economia nos governos pós-64 e o aumento da intervenção estatal; o significado da criação do Banco Central nesse contexto; críticas ao volume de atribuições do Banco Central e comparação da estrutura do Banco nos dois períodos em que o entrevistado exerceu sua presidência; circunstâncias de criação do Banco Central durante o governo Castelo; críticas à elaboração e à aplicação do orçamento da União e sua interferência no funcionamento dos órgãos da administração econômica; opinião sobre a participação do Senado na escolha dos diretores do Banco Central e a fixação de mandato para os presidentes do órgão; a experiência de restrição quantitativa ao crédito durante a segunda gestão do entrevistado no Banco Central (1979-80); críticas à superposição de funções dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e a centralização exercida por Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen; circunstâncias da nomeação do entrevistado para o cargo de ministro da Fazenda no governo Figueiredo; o relacionamento com Delfim Neto; a situação do Brasil no contexto de crise econômica internacional a partir dos anos 70 e a contração de empréstimos externos; a crise enfrentada pelo país entre 1979 e 1983 em função de mudanças na conjuntura externa e a negociação da dívida a partir de 1982; opinião sobre a unificação europeia a ser implantada em 1992 e as consequências para a economia brasileira..... 32 a 54

*1ª Entrevista: 11.10.1989<sup>1</sup>*

E.R. - Ministro, nós gostaríamos de conversar com o senhor a respeito da implantação do Banco Central, a transformação da Sumoc em Banco Central - órgãos nos quais o senhor esteve presente por algumas vezes. Mas antes disso gostaríamos de saber alguns dados sobre a sua vida pessoal: nome, dia de nascimento - localizações mais pessoais, antes de nós entrarmos propriamente nesse tema.

E.G. - Muito bem. Vamos conversar. Podem perguntar.

E.R. - O senhor é do Espírito Santo, não é? Nós gostaríamos de saber, inicialmente, a localização de dados pessoais. O senhor é do Espírito Santo, não é?

E.G. - E! Eu nasci em Cachoeiro de Itapemirim, em 1922, 1o. de outubro de 1922. Cachoeiro de Itapemirim era uma das cidades que despontavam em crescimento, progresso, no Espírito Santo, depois de Vitória. Meu pai era dentista e fez lá uma experiência de vida relativamente curta. De dez filhos que surgiram na família, eu fui o único nascido em Cachoeiro de Itapemirim. Meu pai vinha de um lugarejo no estado do Rio, no alto de umas montanhas, chamado Varre-Sai. Até o nome é bizarro. Mais bizarra, mais do que o nome, é a motivação que teria levado alguns pioneiros portugueses a subirem a serra e se implantarem naquele topo de um morro, sem estradas, com uma grande altitude e um tremendo frio nos meses de inverno. Papai conheceu mamãe, a família mudou... São famílias de portugueses, vieram para o Rio, tiveram uma experiência no Rio de Janeiro, e se dirigiram para o interior do Estado do Rio, onde se localizava essa cidade Varre-Sai. Lá, meu pai conheceu minha mãe, casaram-se e ele se dedicou à odontologia. Veio ao Rio, fez um curso - naquele tempo não havia universidades - fez um curso e um estágio prático de dois anos aqui no Rio de Janeiro. Voltou como dentista e protético, e exerceu sua profissão lá em Varre-Sai. Em 1921, ele se mudou para Cachoeiro de Itapemirim. Procurou um lugar maior, já estava procurando horizontes mais largos, veio para Cachoeiro de Itapemirim. E lá nós ficamos até final de 1922, princípio de 23, onde eu nasci - em primeiro de outubro de 1922.

Tive essa primeira experiência no Espírito Santo, que eu considero muito - é a minha terra querida - mas saí de lá muito cedo. Meu pai se mudou para Castelo, também no Espírito Santo, não muito longe de Cachoeiro. Castelo era uma zona agrícola que recebia as primeiras levadas dos imigrantes italianos. Então vinha muita gente da Europa e abriu-se um campo, creio que bastante bom para um profissional de odontologia, naquela época, no interior. Aí meu papai fez uma grande clientela entre os colonos da região. Principalmente nas famílias de italianos que imigraram para o Espírito Santo. Ficou em Castelo praticamente sete anos; menos: seis anos - até a recessão dos anos 30. A recessão afetou praticamente todas as famílias no Brasil, abalou a estrutura econômica e social. Hoje pouca gente se lembra, porque não tem

---

<sup>1</sup> Entrevista revista e editada pelo entrevistado.

idade para se lembrar. Mas quando veio a grande recessão de 1929, o maior dano causado à economia brasileira foi na área do café. A economia cafeeira teve um baque tremendo! As pessoas, de repente, empobreceram terrivelmente. Não conseguiam vender, exportar a sua produção, os preços caíram tremendamente, e esse empobrecimento durou, realmente, todo o tempo em que durou a Grande Depressão - vai de 1929 a 1933.

Eu era muito criança, tinha sete anos, mas ainda tenho alguma lembrança das dificuldades que levaram meu pai a se movimentar em busca de trabalho. Ele sai de Castelo e muda-se para Mimoso do Sul; fica em Mimoso do Sul, ainda no Espírito Santo, praticamente um ano. Vendeu todas as suas propriedades, casas, que tinha em Castelo. Não se deu bem em Mimoso, porque também estava dentro da área da Grande Depressão, no setor de café. Mudou-se para Campos, no estado do Rio. Moramos lá em Campos até 1931. Em 1931, meu pai mudou-se para Itaperuna, ainda no estado do Rio. Dessa época minhas lembranças são meus folgedos de rua, de criança, meus primeiros anos na escola primária, no Grupo 10 de Maio.

P.R. - Isso em Itaperuna, não é?

E.G. - Isso em Itaperuna. Lembro-me das montanhas de café do DNC, do Departamento Nacional do Café, que se acumulavam nos armazéns e, depois eram despejados em um terreno baldio escolhido pelo governo para promover a queima do café, do excedente de café. Essas, as primeiras lembranças da minha infância, que vem de Castelo, basicamente, para Itaperuna.

Meu pai morreu em Itaperuna, em 1934. Eu tinha 11 anos e pouco. Com a morte de meu pai - tinha dez filhos, dentista, relativamente modesto -, a família teve que procurar um apoio em outros ramos familiares e eu fui viver com uma irmã do meu pai em Mimoso do Sul. Voltei ao Espírito Santo em 1934 e morei muito tempo com a tia Isolina e com meu tio, José Barbosa Martins, que era comprador de café em Mimoso do Sul. Lá eu fiz o resto do meu curso primário, depois fui fazer o curso ginásial em Campos. Fiquei interno no Colégio Bittencourt, em Campos, basicamente, de 1935 até 1940, quando terminei o curso ginásial.

Aí termina a minha infância: já estou no ginásio.

E.R. - A sua formação inicial, então, deu-se nessas escolas em Campos, não é? Fundamentalmente primário e...

E.G. - Não. Primário foi, basicamente, em Itaperuna. Em Itaperuna eu fiz os primeiros anos do curso primário, no Colégio 10 de Maio.

E.R. - E o ginásial em Campos.

E.G. - Terminei o curso primário em Mimoso do Sul - depois que meu pai morreu. Daí fui fazer o ginásial em Campos. No Colégio Bittencourt, de 1935 a 1940. Concluí o ginásio.

E.R. - Separado do resto dos seus irmãos...

E.G. - Separado de minha mãe e dos meus irmãos, mas nas férias, eu dividia as férias entre os meus tios, em Mimoso do Sul, e a minha mãe, que continuou morando em Itaperuna. Um irmão foi para Divisa, no Espírito Santo, outro foi para Natividade, outro veio para o Rio, um outro ficou com meu cunhado e minha irmã. Houve uma debandada.

P.R. - Quando o senhor ingressou no Banco do Brasil, o senhor já tinha terminado o curso ginásial?

E.G. - Ah, já!

E.R. - Ingressou com vinte anos, eu acho.

E.G. - Comecei antes, com pouco mais de dezenove anos.

P.R. - Ah, o senhor ingressou em 1942.

E.G. - Terminei o ginásio e fiz o Tiro de Guerra. Passei um ano como professor auxiliar, a convite do professor Ferreira que deixara o Colégio Bittencourt, para fundar o Colégio São Salvador, também em Campos. Ele era professor de inglês, e me convidou. Não tinha feito o Tiro de Guerra, não tinha idade, fiz o Tiro de Guerra em seguida ao ginásio, como professor auxiliar, menino ainda, no Colégio São Salvador. Quando eu terminei o Tiro de Guerra, pensava fazer o Colégio Universitário aqui no Rio - tinha sonhos de ser médico... Andava com duas opções muito distantes: entre medicina e advocacia. Vim para o Rio de Janeiro em novembro de 1941, para morar, temporariamente, com minha irmã Inah e meu cunhado, Celso de Lima e Silva.

Meu cunhado era funcionário do Banco do Brasil. Tinha sido caixa do Banco do Brasil em Itaperuna, onde conheceu a minha irmã e casou-se com ela. O pai dele também era do Banco do Brasil, foi gerente de várias agências no Ceará, em Camocim, em Fortaleza... Meu cunhado tinha um grande amor pelo Banco do Brasil e me influenciou muito. Eu me lembro que numa noite fizemos uns cálculos de quanto eu poderia ganhar trabalhando em meio expediente e estudando, cinco anos depois de formado ou em medicina ou em advocacia. E quanto eu estaria ganhando no Banco do Brasil durante esse tempo todo, se eu estivesse trabalhando, com a possibilidade de estudar - principalmente advocacia. Podia fazer um curso noturno, ou até de

manhã, porque o Banco do Brasil começava o expediente naquela época ao meio-dia e terminava às seis horas.

Não resisti aos cálculos e resolvi fazer um concurso para o Banco do Brasil. Estávamos em novembro muito em cima do concurso, que seria em fevereiro de 42. E então, eu não tinha conhecimentos de contabilidade, de estatística, direito civil, direito comercial - que eram matérias que caíam no concurso do Banco do Brasil naquela época. E mais datilografia. Eu não estava realmente preparado e tive que fazer um grande esforço entre novembro e fevereiro. Entrei no curso Santa Rosa, no largo de São Francisco, onde havia muitos candidatos. O curso Santa Rosa era muito conhecido como preparador de funcionários para concurso, especialmente do Banco do Brasil. E eu tive sorte, estudei muito, me dediquei muito, fiquei praticamente confinado aos estudos, e tive a felicidade de ser aprovado. Ingressei no Banco do Brasil em maio de 1942.

P.R. - O senhor ficou aqui no Rio?

E.G. - Fiquei. Fui para a agência do Méier. Tive uma boa colocação no concurso e fiquei no Rio de Janeiro. Geralmente o Banco faz a colocação pela classificação, e eu fiquei na agência do Méier. Era uma agência boa, o Méier crescia rapidamente, a agência estava se expandindo. Eu preferi, inclusive, ficar no Méier, porque entendia também que numa agência de subúrbio eu teria chance de aprender técnicas do banco como um todo. Quer dizer, teria um conhecimento diversificado das atividades do Banco do Brasil. Foi mais ou menos a razão também por que eu escolhi o Méier. Também, ainda, por orientação do meu cunhado, que conhecia muito o Banco do Brasil.

P.R. - Nessa época, ser funcionário do Banco do Brasil dava um status muito especial, não é, dr. Galvêas? Um status muito significativo na vida das pessoas, principalmente no interior. O senhor acredita que esse fato tenha influenciado na formação profissional quase que excepcional do Banco do Brasil, em relação ao resto do funcionalismo, seja ele da administração direta ou indireta? Eu queria perguntar exatamente o seguinte: o tipo de profissionais do Banco do Brasil, muitos dos quais depois saíram para influir na própria política econômico-financeira do governo - e é o caso do senhor -, se isso se devia à seriedade com que eram feitos os concursos naquela época.

E.G. - É, eu diria que são três fatores principais. Primeiro, realmente, o salário. O Banco do Brasil pagava salários que, comparados com outras entidades, eram considerados bastante altos. A remuneração era, realmente, um grande atrativo para o Banco do Brasil. Segundo, o fato de que concorria aos concursos do Banco do Brasil muita gente. Era um processo de seleção muito duro, muito intenso. Os candidatos aprovados no Banco do Brasil eram realmente candidatos muito preparados, que tinham feito um bom curso ginásial, um curso preparatório muito forte. Tudo isso valorizava o funcionário do Banco do Brasil.



E.R. - O processo de seleção realmente...

E.G. - O processo de seleção. Eram o Banco do Brasil e o Itamarati. Já naquela época eram as duas entidades com o processo seletivo mais rigoroso, do ponto de vista de candidatos. Eu acredito que essa seleção trouxe para o Banco do Brasil, realmente, pessoas bastante qualificadas desde a origem, desde a sua formação básica, em termos de conhecimento, de cultura. Isso, a meu ver, foi um fator muito importante também para essa atração para o Banco do Brasil. E, em função de tudo isso, o Banco tinha um conceito elevado. Ninguém era funcionário do Banco do Brasil; ingressava no Banco do Brasil e passava a ser um alto funcionário. Não importa se você fosse um principiante, tivesse dois, três anos de Banco. Era sempre referido como um alto funcionário do Banco do Brasil. Esse prestígio, o salário e o fato de que era uma turma realmente preparada, eu acho que foi essa conjugação de fatores que trouxe o Banco do Brasil para uma posição de relevo e colocou seus funcionários em condições de serem chamados a participar de uma série de outros programas, de uma série de outras instituições que iam surgindo, na medida em que o país deslanchava durante a guerra e após a Segunda Guerra Mundial.

P.R. - Então, nesse período em que o senhor estava já vinculado ao quadro do Banco do Brasil, o senhor deu continuidade aos seus estudos?

E.G. - A primeira coisa que eu fiz foi sentir as perspectivas da carreira no Banco do Brasil. Evidentemente eu não pensava em ficar como escriturário do Banco do Brasil. Minha primeira observação, do ponto de vista profissional, é que o contador, o conhecimento de contabilidade, era um instrumento de trabalho muito importante para asfaltar a carreira do funcionário do banco. Então comecei a estudar contabilidade. Estudava contabilidade na Escola Vera Cruz, na Rua São Francisco Xavier, que era uma grande escola, ali perto do Instituto Lafayette, com muitos alunos. Me formei em Ciências Contábeis por essa escola. Então a minha primeira formação profissional foi na área de contabilidade, pensando na carreira do Banco do Brasil. Me foi muito útil. Me foi muito útil porque até mesmo depois, quando eu me casei, em 1947, eu pude complementar a minha remuneração no Banco do Brasil com alguma atividade de contador. Fundei um pequeno escritório de contabilidade e depois assumi a contabilidade de uma empresa aqui no centro, uma empresa atacadista de tecidos e armarinhos: José Vargas - Rendas e Bordados, uma grande empresa importadora. Eu fui contador dessa empresa. Já naquela época a vida não era fácil, tinha suas dificuldades. E eu tinha, ainda um objetivo, mesmo recém-casado, de reunir a família, reunir a família no Rio de Janeiro. Dessa forma, foi também um programa ligado a essa minha atividade profissional, de trazer a minha mãe para o Rio de Janeiro. Fomos morar no Méier, alugamos uma boa casa na Rua Silva Rabelo. Pouco a pouco fomos trazendo a família para o Rio.

E.R. - Reagrupando.

E.G. - Reagrupando os irmãos que haviam sido dispersados com a morte de meu pai.

P.R. - E aí, nesse período, logo depois, em fins da década de 40, é que o senhor vai para a Sumoc? Ou vai primeiro ao México e aos Estados Unidos fazer cursos?

E.G. - Não, primeiro eu vou para o Exército. [riso] Em 1943, eu fui premiado com uma convocação. O Brasil tinha entrado na guerra e os reservistas das classes de 21, 22 foram convocados. E eu fui convocado para servir no 3o. Batalhão do 3o. Regimento de Infantaria, em Campos. Como eu tinha feito o Tiro de Guerra em Campos, a minha jurisdição militar era Campos, eu fui convocado e designado para servir em Campos, no 3o. Regimento de Infantaria. Fiquei lá um ano e pouco, no Exército, licenciado do Banco do Brasil - era mandamento da lei -, e de lá eu saí para o CPOR, para voltar ao Banco do Brasil. Eu senti que estava perdendo muito tempo fora do Banco do Brasil. Descobri que podia fazer o CPOR de manhã - prestar o serviço militar, para o qual eu havia sido convocado, no CPOR - e voltar. O banco abria o expediente ao meio-dia, como eu mencionei antes. Eu ainda era solteiro. Fui morar na rua do Matoso e fazia o CPOR de manhã, na Quinta da Boa Vista, e, ao meio-dia, eu voltava a trabalhar no Méier. Voltei para a agência do Méier. E fiquei muito tempo lá; com essa interrupção do Exército, eu fiquei de 42 até 52 no Méier. Dez anos na agência do Méier, onde aprendi, então, toda as técnicas bancárias, de depósitos, cobrança, cadastro...

E.R. - Caixa...

E.G. - Caixa. Tudo, praticamente. Cheguei até a chefe de serviço. fui chefe de cadastro, chefe de cobrança, chefe de depósito, na agência do Méier. Era o funcionário mais antigo da agência, embora tivesse apenas dez anos de trabalho na agência.

P.R. - Mas em 1953 o senhor assume a chefia adjunta do Departamento Econômico...

E.G. - Sim. Em 52, eu comecei a pensar... comecei a me interessar... eu já era contador, mas me interessavam muito os problemas de economia. E...

E.R. - Até então o senhor conhecia, basicamente, contabilidade e problemas bancários.

E.G. - Contabilidade e técnica bancária. Comecei a me interessar um pouco pelos assuntos de economia, lendo alguma coisa sobre problemas cambiais... O Banco do Brasil tinha uma grande participação no mercado de câmbio. Vieram aqueles acontecimentos da Inglaterra, em 1949, a desvalorização da libra. Eram assuntos que os jornais noticiavam com muita

abundância. E eu comecei a pensar em fazer uma carreira mais especializada, dentro do Banco do Brasil.

E.R. - Até então, dentro da estrutura do Banco, existiam as agências ou então a administração...

E.G. - A agência e a direção geral, onde estavam o redesconto, o câmbio e uma série de outros... A Carteira Agrícola... Pensei em ir para a Direção Geral. Um inspetor do Banco do Brasil, cujo nome agora eu não me recordo, ficou muito meu amigo, gostava muito de mim pelo trabalho que eu fazia na seção de cadastro, e insistiu muito, me entusiasmou muito a sair da agência, onde eu já estava há dez anos, e ir para a Direção Geral, porque havia mais campo de trabalho, maior especialização. Estava pronto, inclusive, para assumir um lugar na Direção Geral do Banco do Brasil, na Rua Primeiro de Março, quando recebi um desafio. Soube do trabalho da Sumoc... A Sumoc havia sido criada em 1945, pelo Dr. Bulhões, pelo José Machado, superintendente do Banco do Brasil. O assessor técnico da Sumoc era o Herculano Borges da Fonseca. Herculano era filho de Homero Borges da Fonseca, tesoureiro-geral do Banco do Brasil, com quem meu cunhado, Celso de Lima e Silva, trabalhava. Era, assim, o braço direito do Dr. Homero. O Herculano era advogado do Banco do Brasil, mas estudava muito economia - começou a fazer a sua preparação de autodidata em economia -, foi nomeado assessor técnico da Sumoc. Em 1952 ele estava precisando de um datilógrafo, alguém que fosse um bom datilógrafo, e meu cunhado me falou se eu queria ir para a Sumoc. Eu disse a ele: "Eu gostaria de ir para a Sumoc. Isso me interessa talvez tanto quanto uma carreira especializada no Banco do Brasil. Mas como é que eu vou fazer?"

E.R. - Mas, aí, teria que ser licenciado?

E.G. - Não. A Sumoc requisitava os funcionários do Banco do Brasil. A Sumoc nasceu assim, como dizia o Dr. Bulhões no projeto que criou a sumoc - a Lei 7.293 -, como o embrião do Banco Central. Criou-se a Sumoc como embrião do Banco Central, e criou-se um Conselho da Sumoc, que se transformaram depois: a Sumoc, em Banco Central e o Conselho da Sumoc, em Conselho Monetário Nacional. Quer dizer, as raízes foram plantadas aí, em 45, pelo Dr. Bulhões e pelo José Vieira Machado. Ambos tinham muito acesso ao ministro da Fazenda, Sousa Costa.

O Herculano, como assessor técnico, precisava de um datilógrafo, e eu, com a minha preparação em agência, era realmente um bom datilógrafo. Eu tinha tido muita dificuldade com datilografia para entrar no Banco do Brasil, mas depois me transformei num exímio datilógrafo, porque durante muito tempo passei fazendo fichas de cobrança e batia muito bem à máquina. Entre ir para um setor de câmbio ou um setor de redesconto ou crédito agrícola, e ser datilógrafo do Herculano na Sumoc, me pareceu que, em um desdobramento posterior, eu teria mais vantagem na Sumoc, porque era, realmente, uma área essencialmente técnica, aquilo que se propunha fazer na Sumoc. Havia um grande departamento de inspeção de bancos, que vinha do Ministério da Fazenda e incorporava-se à Sumoc, mas iam começar o departamento

de estudos econômicos e estatísticas, registro de capitais estrangeiros, várias coisas que passariam do Banco do Brasil para a Sumoc paulatinamente.

E.R. - Nessa época, Dr. Galvêas, certamente a Sumoc e, posteriormente, o Banco Central disputava com o Banco do Brasil algumas atribuições.

E.G. - Ah, muito. Foi uma luta; foi realmente uma luta.

E.R. - Foi uma luta terrível. Como é que o senhor se localizava nessa luta? Nós sabemos que a burocracia do Banco do Brasil reagiu, como reage, terrivelmente, ao que eles acham que é uma perda de atribuições e talvez de prestígio. Como é que o senhor se localizava nessa história, nessa sua ida para a Sumoc?

E.G. - Bom, quando eu vim para a Sumoc, fiquei um mês como datilógrafo do Herculano. Acho que ele logo percebeu que eu não era datilógrafo, que eu era um funcionário com habilidades e conhecimentos que poderia desempenhar funções mais relevantes. Fiquei um mês como datilógrafo do Herculano. No fim de um mês, eu já tinha uma datilógrafa para trabalhar comigo. Isso era uma coisa inusitada. No Banco do Brasil, nunca se podia imaginar um funcionário com uma datilógrafa do lado para bater à máquina os seus trabalhos. Aquilo era uma novidade extraordinária em matéria de organização de trabalho. No Banco do Brasil, você fazia os pareceres, você mesmo datilograva, escrevia, batia à máquina, era um funcionário integral, não é? [riso] Na Sumoc era uma técnica nova. Bom, eu vim para a Sumoc.

E.R. - Isso no iníciozinho da Sumoc, não é?

E.G. - É. A Sumoc foi feita com funcionários, requisitados ao Banco do Brasil. E foi crescendo, criando-se os departamentos, tomando forma. Quando eu cheguei à Sumoc, em 52, havia dois departamentos: a Secretaria Geral e a Inspeção Geral de Bancos, cujas funções vinham da Inspeção de Bancos do Ministério da Fazenda; havia também um Departamento Jurídico importante e junto ao diretor, estava o Dr. Jaime Bastião Pinto. De outro lado, havia a Assessoria Técnica, que depois se transformou em Departamento Econômico, cujo chefe era o Herculano Borges da Fonseca.

E.R. - Quantos funcionários tinha essa estrutura toda, no início?

E.G. - No início, devia ter mais ou menos uns trezentos funcionários. Não devia ter mais que isso. E a maioria estava na Inspeção Geral de Bancos.

[FINAL DA FITA 1-A]

E.G. – No início, havia um certo conflito ideológico e um pouco de... - como é que eu diria melhor? - de ciúmes profissionais, dentro da Sumoc. Os funcionários mais graduados do Banco do Brasil tinham vindo para a Inspeção de Bancos. Eram funcionários treinados, mas com problemas de inspeção. Eram mais graduados. A Secretaria Geral era relativamente pequena, o Departamento Jurídico, também, e o Departamento Econômico começava a despontar. E começava a despontar com gente nova.

E.R. - Era onde o senhor estava?

E.G. - Eu estava na Assessoria Técnica, junto com o Herculano Borges da Fonseca, que trouxe gente nova do Banco do Brasil para trabalhar com ele: Casimiro Ribeiro, Sidney Lattini, Guilherme Pegurier, Eduardo Gomes, Paulo Pereira Lira, Brasílio Martins, Carlos Eduardo Mauro.

E.R. - Todo um núcleo que vai ter uma trajetória...

E.G. - Funcionários que tinham revelado vocação e interesse em assuntos econômicos. Todos eles funcionários jovens, letra D, letra E, quando os funcionários da Inspeção de Bancos eram conferentes, chefes de seção, que eram como generais e coronéis. Os outros eram tenentes ou capitães, não é? Criou-se aí um primeiro conflito, digamos ideológico, entre os economistas e os altos funcionários de carreira. Como os economistas novos, no Departamento Econômico, tinham os mesmos cargos - chefe de departamento, subchefe de departamento, chefe de divisão - ficava difícil para o pessoal velho do Banco do Brasil entender que um funcionário da letra D, com dez anos de Banco do Brasil, pudesse ser chefe de divisão ou chefe de departamento. Era quase uma heresia, um absurdo. Mas não tinha como pegar um velho funcionário do Banco do Brasil, treinado em crédito agrícola ou em desconto de duplicata, e mandar fazer estatística de meios de pagamento ou de balanço de pagamentos, não é? O Herculano teve uma visão muito ampla de todos esses acontecimentos, em relação ao que seria o trabalho da Sumoc, e mandou muita gente estudar fora. Ele estimulou muito os funcionários a fazer cursos no exterior. O Guilherme Pegurier foi para o Fundo Monetário fazer curso de balanço de pagamentos; o Sidney Lattini já havia estado no Fundo Monetário... Casimiro Ribeiro foi para a Inglaterra...

E.R. - Foi nessa oportunidade que o senhor saiu, pela primeira vez, para estudar?

E.G. – É. Havia um curso de "Teoria e política monetária", no México, que muita gente ambicionava fazer. Era um curso de oito meses, no CEMLA, Centro de Estudos Monetários Latino-Americano. Esse Centro de Estudos Monetários começou a funcionar em 1953, em princípio de 53. E eu, naturalmente, pensei em me candidatar ao curso. Eu já estava, nessa época muito enfiado nos trabalhos do Departamento Econômico. No início de 53, houve uma revolução na área cambial. O ministro Horácio Lafer promoveu uma modificação ampla no sistema de câmbio, criou o mercado livre de câmbio, com a Lei 1.807, de 7 de janeiro de 53.<sup>2</sup> Em cima dessa lei, vieram, depois, várias modificações, inclusive a famosa Resolução 70, que criou as categorias cambiais, quando era diretor da Sumoc...

P.R. - Marcos de Sousa Dantas.

E.G. - Marcos Sousa Dantas, que era um banqueiro de mentalidade cambial. Com Juscelino no governo e seu grande programa de metas havia uma grande procura de câmbio e grande revolução nessa área. Em função disso, das atribuições que fui recebendo, não pude fazer esse curso no México em 53. Mas fiz no ano seguinte. Fiz em 1954.

Nessa época, me aconteceu uma coisa interessante. Eu tinha me candidatado, inicialmente, a esse curso, e o Dr. Marcos de Sousa Dantas era presidente do Banco do Brasil, sendo o Dr. Osvaldo Aranha ministro da fazenda. Como eu era funcionário do Banco do Brasil, cedido à Sumoc, a autorização para o curso tinha que vir do Banco, que pagava o nosso salário. Então o Dr. Marcos de Sousa Dantas negou a minha licença para fazer o curso no México, e eu tive que lutar muito para conseguir isso. Quando o Dr. Marcos veio ser diretor da Sumoc, nós ficamos muito amigos. Ele pediu um trabalho ao Herculano. O Herculano me pediu para fazer um parecer - uma questão sobre café, assunto de que o Dr. Marcos gostava muito também. A partir daí, fizemos uma grande amizade. De vez em quando, lembrava a ele que havia recusado a minha indicação para o México, mas muito daquilo que eu estava ajudando eram conhecimentos que eu havia adquirido com o estudo. Dr. Marcos de Sousa Dantas foi um grande diretor da Sumoc. Depois da criação de Brasília, o Presidente Juscelino anunciou que ia fundar uma outra grande cidade no Bananal, para fazer a interiorização do Brasil pela "semeadura" de grandes cidades pelo interior. O Dr. Marcos, que já não "engolia" a aventura de Brasília, pediu as contas e foi embora. [riso]

Bom, muito antes disso, fui para o México e fiz esse curso do CEMLA. O trabalho na Sumoc me abriu novas perspectivas.

E.R. - Perspectivas...

---

<sup>2</sup> A lei do câmbio livre, de 7 de janeiro de 1953, é a de número 1.807.

E.G. – É. Eu me dei conta de que para tratar de taxa de juros, de redesconto, de câmbio, de política monetária, o campo era outro: tinha que estudar Economia. Então fiz o curso de economia.

E.R. - Aqui no Rio?

E.G. - Aqui no Rio de Janeiro. Fiz um curso de economia na Escola Amaro Cavalcanti, que depois se transformou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Comecei o curso de economia e logo depois fui fazer o curso do CEMLA, em 1954. Esse curso do México foi muito importante para mim por duas razões. Primeiro porque tive muitos bons professores mexicanos, professores do Banco Mundial e do Fundo Monetário. Uma boa orientação, uma preparação muito especializada em termos de política monetária, que era o campo de atuação da Sumoc. Isso me foi muito útil. Fiz lá também, um curso intensivo sobre teoria Keynesiana, que também foi da maior utilidade.

E.R. - Mais economia mesmo, não é?

E.G. - É. Mas o importante, também para mim, é que entre os alunos dos cursos de 53,54, 55 e 56, dos alunos que fizeram os cursos nos primeiros quatro anos do CEMLA, eles selecionavam dois para uma bolsa de estudos no Estados Unidos. E eu fui um desses dois. Eu já estava de volta ao Brasil, trabalhando, quando no final de 1957, recebi a informação de que tinha sido premiado com uma bolsa de estudos numa universidade dos Estados Unidos. Poderia ser a Yale, Harvard, Stanford, umas quatro ou cinco indicações. Preferi a Universidade de Yale. Essa bolsa de estudos, tinha sido dada em convênio com a Fundação Ford. Fui primeiro para a Universidade de Madison onde fiz um “brush up” em meados de 1958. Em setembro de 1958, fui para a Universidade de Yale, de onde saí com um diploma de “master” em economia.

E.R. – O senhor se licenciou para fazer esse curso?

E.G. - Não, a Sumoc me liberou para fazer o curso, aliás, com muita sovinice. O Herculano tinha muita confiança em mim, no meu trabalho, éramos muito amigos e eu trabalhava ao lado dele. Então ele me impôs uma condição: de fazer esse master em economia, nos Estados Unidos, em um ano. Geralmente se faz em dois anos. E eu aceitei o desafio. Até hoje me arrependo um pouco, não só pelo esforço que eu tive que fazer, mas porque talvez tivesse sido melhor mesmo que eu completasse o curso de doutorado. Mas deu para fazer. Fiz em um ano; de meados de 58 a meados de 59, fiz o curso nos Estados Unidos e obtive um master em economia, na Universidade de Yale.

P.R. - E lá o senhor sofreu alguma influência no sentido da formação de sua doutrina econômica, Dr. Galvêas?

E.G. - Acho que sofri muita influência. Eu, como todo jovem, num país como o Brasil, cheio de problemas e com grandes disparidades de renda, tinha uma certa - como é que se diz? - resistência em aceitar o sistema econômico, o sistema de governo. Não digo que tivesse ideias socialistas, mas me parecia que havia coisas erradas no sistema capitalista. Também não diria que era um pensamento de esquerda, mas eu não tinha muita simpatia pelo sistema capitalista. Parecia que era um sistema... realmente selvagem, um sistema muito injusto. Embora oferecesse uma certa igualdade de oportunidades, havia muitas imperfeições. E o problema do desemprego, o acesso aos cargos mais elevados, o patrocínio, o... - como é que se diz? - o apadrinhamento, essas coisas todas que existem no sistema me revoltavam. Fazer o curso em um ano é realmente um prazo muito curto, é muita matéria, é muito pesado - embora eu já fosse economista treinado em assuntos econômicos dentro da Sumoc, já tinha feito o curso no México. Estava mais do que preparado para fazer o curso. Mas em um ano, mesmo assim, era muito pesado.

E.R. - Adaptação à língua inglesa, também, não é?

E.G. – Sim. Começou com adaptação à língua inglesa... Mas, respondendo à sua pergunta. Durante o curso, eu pude ver a economia americana funcionando. Quer dizer, a diferença, a facilidade com que se desenvolvia a produção, com que o produto do interior, das fábricas, chegava ao comércio; o padrão de vida da população, o padrão de consumo; as oportunidades de emprego, os altos salários, os bens de consumo que estavam à disposição das grandes massas de trabalhadores nos Estados Unidos. Aquilo mudou muito as minhas concepções. Realmente eu vim de lá muito impressionado com as possibilidades do Brasil funcionar no estilo americano, e não no estilo brasileiro ou no estilo menos desenvolvido do capitalismo incipiente no Brasil.

E.R. – E quais as disciplinas que o senhor fez lá no master...?

E.G. - No master você é realmente obrigado a se aprofundar na infraestrutura da Economia, a parte básica da microeconomia. Estuda-se todos os autores clássicos, os problemas de demanda, de oferta, de custos etc. A teoria microeconômica é estudada como uma preparação para entrar na área da macroeconomia, que era o que realmente me interessava mais: política monetária, comércio internacional, desenvolvimento econômico. Essas três áreas são as três áreas onde se desenvolviam mais, vamos dizer assim, as ideias para um país como o Brasil. Desenvolvimento econômico como um todo: as teorias do desenvolvimento econômico, os obstáculos, os caminhos, as experiências de outros países, a própria teoria do desenvolvimento econômico.

E.R. - A produção cepalina, nesse momento... Isso foi no final dos anos 50, não é?

E.G. - É. Eu não tinha nem conhecimento da CEPAL, muito embora, em Yale, já tivesse debatido o famoso estudo de Raul Prebisch sobre as “relações de trocas internacionais”. Eu só vim tomar conhecimento da CEPAL muito depois, quando, já de volta ao Brasil - eu já estava, inclusive, no Ministério da Fazenda, como assessor do ministro Mariani, quando começaram a ter repercussão os cursos do BNDE-CEPAL.<sup>3</sup> Nós também, inclusive, ajudamos

---

<sup>3</sup> O Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL constituiu-se em 1953 e encerrou suas atividades em 1957. O entrevistado foi assessor econômico do Ministério da Fazenda de 1961 a 1963.



um pouco a organizar e a fazer o intercâmbio da CEPAL com o BNDE, e os cursos de formação profissional. Nessa época é que começa realmente a aparecer uma influência maior da CEPAL na área de formação econômica no Brasil. Evidentemente, como disse, já conhecia o famoso trabalho do Prebisch feito em 1949, das perdas de relações de troca. Esse trabalho foi muito criticado e, de certa forma, desmontado. O trabalho do Prebisch é a pedra fundamental da teoria estruturalista da CEPAL. O Prebisch tentava provar, com estatísticas de comércio exterior, que os países em desenvolvimento não têm condições de entrar num comércio livre, liberal, de adotar a doutrina de liberdade de comércio porque eles levam desvantagem na exportação de produtos primários e na importação de produtos manufaturados. Perdem, sistematicamente, nas relações de troca e, por isso, a industrialização é uma necessidade fundamental para quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento.

E.R. - A saída é pela industrialização.

E.G. - Depois, vários trabalhos vieram demonstrar - Kindleberger e outros -, vieram provar que as estatísticas que o Prebisch usou estavam equivocadas. Tomavam preços FOB ou preços CIF equivocadamente, uma hora na Argentina, uma hora na Inglaterra... E como houve uma variação muito grande no custo dos fretes, isso influenciava as conclusões finais do trabalho e se podia chegar até a uma conclusão contrária às conclusões a que chegou o Prebisch. A teoria estruturalista de Prebisch de comércio internacional foi praticamente derrotada com os trabalhos que surgiram posteriormente - o que não impediu que se formasse uma escola estruturalista dentro da CEPAL, que produziu muita influência no Brasil e na América Latina. Mas eu só vim tomar conhecimento disso muito mais tarde.

P.R. - Nas universidades americanas, principalmente naquela em que o senhor estudou, predominava, então, o princípio básico do monetarismo, não era isso?

E.G. - A Universidade de Yale era conhecida pelos estudos de econometria. Lá estavam o Fellner e muitos outros como Gerald Serkin, com seus trabalhos estatísticos muito importantes. Mas, basicamente, estudava-se economia clássica e neoliberal. Era um estudo de ponta a ponta: aprofundava-se desde Adam Smith, Ricardo, Marshall, Keynes, toda a teoria de comércio internacional, em termos do neoliberalismo que imperava em todas as universidades naquela ocasião. E muito de economia Keynesiana. Nós estávamos em 1958, mas ainda era muito grande a influência de Keynes. Como é hoje, ainda. Acho que, apesar de todo o esforço acadêmico que tem sido feito para desmontar esses princípios keynesianos, em termos de economia neoliberal não se produziu grandes resultados. Mas era basicamente isso. Estudava-se economia clássica e neoliberal.

P.R. - E nessa época que o senhor estava lá, já estava em plena deflagração no Brasil o Programa de Metas do Juscelino. Isso tinha repercussão lá, nas universidades americanas?

E.G. - Tinha, sim. Eu mesmo comecei a participar desse trabalho aqui no Brasil... quando o Presidente Juscelino assumiu o governo e teve uma grande ajuda do Lucas Lopes e do Roberto Campos.

E.R. - Programa de Metas.

E.G. - Na elaboração do Plano de Metas. O Roberto Campos, desde o tempo do Departamento Econômico do Itamarati, convivia muito conosco na Sumoc. Ele utilizava muito a Sumoc, o pessoal da Sumoc para a elaboração dos trabalhos técnicos. Havia uma integração entre o Departamento Econômico do Itamaraty e o da Sumoc. Elaboramos juntos, por exemplo, em 54, todas aquelas teses brasileiras da reunião da CEPAL, em Quitandinha, quando o Dr. Gudin era ministro da Fazenda e tocou a ele presidir a reunião de Quitandinha. Famosa reunião de 54.<sup>4</sup> Roberto Campos era, depois do dr. Gudin, o chefe da delegação brasileira. Começamos a trabalhar muito entrosados: Sumoc, Banco do Brasil, em menor escala, e o Itamaraty. E quando da elaboração do Plano de Metas, o Roberto foi a pessoa que mais trabalhou no enunciado do Plano, junto com o Lucas Lopes, usando toda a equipe do Banco Central.<sup>5</sup> Toda a parte de monetária, de recursos, tudo, foi trabalhada na Sumoc. Me lembro bem que, inclusive, não fechava a parte externa de balanço de pagamentos, então houve como convencer o Juscelino que as trinta metas não poderiam ser realizadas, na dimensão que ele as programara, porque não havia recursos na parte externa. Não havia como atrair aquela massa de capitais. Por menores que fossem os juros dos financiamentos ou os dividendos sobre os investimentos estrangeiros, a resposta, em termos de exportações, não teria a velocidade necessária para cobrir os serviços desses novos compromissos de investimentos ou financiamentos estrangeiros. Foi uma longa discussão com o Roberto e o pessoal da Sumoc, não fechava o quadro de recursos externos. Mas o Plano foi aprovado assim mesmo; por cima de todas as objeções, o plano foi tocado. Evidentemente que, como nós imaginávamos, criou-se um estrangulamento. O Juscelino ainda por cima não quis agravar os custos desses programas e manteve uma política cambial muito equivocada. Fez muitas coisas certas, mas fez uma política cambial equivocada. Ele manteve, por exemplo, de princípios de 59 até princípios de 61, quando ele entregou o governo a Jânio Quadros, ele manteve a taxa de câmbio em 100 cruzeiros por dólar. Havia uma inflação, a inflação no tempo do Juscelino chegou a 24%, anual, mas a taxa de câmbio ficou parada de janeiro de 59 até fevereiro de 61. Pode-se imaginar o que isso representou em termos de distorção dentro do processo. Ainda mais quando estávamos trazendo para cá indústria automobilística, indústria naval, indústria de bens de capital, indústria química. O crescimento das importações indicava, claramente, a necessidade de um ajustamento cambial. O resultado é que durante esse período, com todos esses compromissos que foram acumulados, as exportações praticamente não saíram do lugar. Começamos com 1 bilhão e 200, 1 bilhão e 250 milhões de dólares e terminamos com 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Mas com 600 milhões de dólares de atrasados cambiais, com quinhentos e tantos milhões de dólares vendidos na Bolsa... Nós vendíamos uma promessa de venda de câmbio na Bolsa, por aquele sistema inventado pelo Sr. Marco Sousa Dantas; famosos PVCs: "Você quer importar? Então tem cinco categorias." Vendia-se o câmbio em cinco categorias: PVC 1 PVC 2, vendia na Bolsa. As pessoas compravam os PVCs e, depois de ter pago esse ágio na Bolsa, é que vinham ao Banco do Brasil postular a compra do câmbio. Quando o Presidente Juscelino saiu, não só tínhamos 600 milhões de dólares de atrasados cambiais, como uma enorme massa de PVCs vendidos, as divisas para entregar. Começou-se o governo do Presidente Jânio Quadros, em

---

<sup>4</sup> A reunião realizada no Hotel quitandinha, em Petrópolis, em novembro de 1954, e presidida por Eugênio Gudin, foi a de Ministros da Fazenda das Repúblicas Americanas.

<sup>5</sup> O entrevistado está se referindo à Sumoc.

1961, com uma grande crise cambial. É quando o Ministro Mariani faz a Resolução 204, que de um dia para o outro dobrou a taxa de câmbio de 100 para 200 cruzados.<sup>6</sup>

P.R. - O senhor trabalhou na elaboração da 204, não foi?

E.G. - Trabalhei com o ministro Mariani. Em 1961, o ministro Mariani veio para o Ministério da Fazenda, o dr. Bulhões voltou a diretor da Sumoc, e eu tinha participado, com o ministro Mariani, de um seminário sobre câmbio. Um seminário de uma revista chamada Indústria e Mercados, com o Dr. Bulhões, Luís Cabral de Meneses e o presidente da Associação Comercial, o Rui... Rui...

P.R. - Gomes de Almeida.

E.G. - Gomes de Almeida. Eram pessoas que mexiam muito com câmbio, não é? Cabral de Meneses era corretor; o Rui Gomes de Almeida era homem muito ligado à exportação; ministro Mariani, dr. Bulhões... Isso foi em 61 eu ainda tinha as minhas memórias frescas dos conhecimentos teóricos lá de Yale. Debates muito o problema da taxa única - porque nós vivíamos naquele emaranhado de múltiplas taxas, Resolução 70... No tempo do Tosta Filho, na Cacex, tínhamos uma "alfaiataria cambial", [risos] dava-se subsídio para tudo, era uma taxa de câmbio para cada produto. Chamava-se "alfaiataria cambial do dr. Tosta". Nesse seminário nós debatemos muito essas questões de câmbio, taxa única etc. Ficamos juntos nas posições: eu, o ministro Mariani, Dr. Bulhões, o Cabral de Meneses e o Rui Gomes de Almeida. Saímos do seminário conversando. Fomos até o Banco da Bahia, na praça Pio X, conversando com o ministro Mariani pela rua. Quando ele é nomeado ministro da Fazenda e o dr. Bulhões, novamente, diretor da Sumoc, logo em seguida, ele pediu ao dr. Bulhões que me chamasse e me convidou para ser assessor econômico no Ministério da Fazenda. Me lembro que o dr. Bulhões resistiu um pouco, porque não queria ninguém deslocado de um órgão para outro. Preferia que eu ficasse na Sumoc, prestando serviços ao ministro, mas não queria que me deslocasse. Ele era muito contra esse deslocamento de funcionários. Afinal acabei ficando lá com o ministro Mariani. Não durou muito, não é? Foi um reinado curto: começamos em fevereiro, terminamos em agosto.

P.R. - Dr. Gálveas, mas no tempo do Juscelino, em agosto de 1957, é feita uma nova lei de tarifa que cria, inclusive, o Conselho de Política Aduaneira. Esse novo critério, de certa forma, não teve influência nenhuma na mudança do sistema cambial? Foi só uma questão tarifária?

E.G. - Era uma adaptação. O sistema cambial, principalmente o sistema iniciado com a Instrução número 70 da Sumoc, tentava, pelo ágio cobrado no câmbio, substituir aquilo que devia ser feito pela tarifa alfandegária. Como era mais difícil fazer uma nova lei de tarifas alfandegárias e era muito fácil fazer uma instrução no Conselho da Sumoc, saiu-se por essa via. Na verdade, as categorias de câmbio, as cinco categorias de câmbio eram categorias de tarifas alfandegárias. Em 1957, o sistema já estava esgotado. Resolveu-se, então, depois de um longo trabalho, fazer uma lei - se não me engano 1.409 -, fazer a reforma do sistema tarifário. Ainda assim, com muitas exceções; muita coisa ficou com tratamento privilegiado. A indústria automobilística, por exemplo, ficou, durante muito tempo, com um tratamento privilegiado. Ou seja, importava com tarifas muito baixas, enquanto que os produtos acabados estavam

---

<sup>6</sup> O entrevistado está se referindo a cruzeiros.

sujeitos a uma verdadeira barreira tarifária, com tarifas muito altas - que é o princípio que se mantém até hoje: até hoje, a estrutura do sistema é mais ou menos aquela de 1957. Fortemente protecionista...

[FINAL DA FITA 1-B]

E.G. - ... de reserva de mercado. As exceções, com aberturas para isenção ou redução dos impostos de importação, que tinham que atravessar toda uma extensa área de decisão burocrática. Criou-se uma grande burocracia em termos de CDI, de INPI, de Cacex, e depois a SEI... É tudo mais ou menos dentro do mesmo princípio de reserva de mercado, de proteção à indústria nascente, de incentivo às iniciativas na área industrial. Mas eu acho que, apesar de muitos erros e apesar de muitos desperdícios, esse processo produziu resultados bastante...

P.R. - Satisfatórios.

E.G. - É. Bastante satisfatórios.

P.R. - Com o advento do governo Jânio Quadros - quando o senhor vai para a assessoria do Mariani -, aí entra em vigor a Instrução 204. Então, objetivamente, ela estabeleceu o princípio da liberdade cambial, não foi isso?

E.G. - Mais ou menos. Nós tínhamos um problema parecido com o de hoje. Nós tínhamos que, primeiro, pagar a dívida acumulada. Não era só a dívida lá fora que nós estávamos devendo - muitos atrasados cambiais lá fora que nós tínhamos que pagar... Devíamos às empresas de petróleo, devíamos mais ou menos uns 600 milhões de dólares - as exportações eram 1 bilhão e 300 milhões. Tínhamos, também, uma grande dívida interna, pelos PVCs vendidos, e não tínhamos câmbio para entregar. Era só fazer uma análise do balanço de pagamentos: para que tínhamos que pagar de juros e o que tínhamos que pagar de dividendos, com todos aqueles investimentos da época Juscelino, as exportações não eram suficientes. Então, a primeira coisa que se fez foi a Resolução 204; dobrou-se a taxa de câmbio. Houve muitas críticas: vai dar uma tremenda inflação, a inflação vai disparar... A inflação já vinha forte do governo Juscelino. Mas, realmente, foram tomadas medidas na área monetária, internas, de contenção monetária. Foram feitos grandes ajustamentos na área fiscal, na área monetária, e o resultado dessa desvalorização cambial não teve esses efeitos inflacionários. A desvalorização foi feita em março. No mês de abril de 61 a inflação já foi de 1%. Quer dizer: uma inflação relativamente modesta para uma desvalorização de 100%. A partir daí as exportações tiveram um certo alento. Mas não houve também continuidade. Não houve continuidade porque o Jânio Quadros complicou a política econômica e, a partir de um certo momento, entrou em conflito com o ministro da Fazenda. Jânio Quadros foi terrível como presidente do Brasil. Os desmandos e as complicações que ele criou como presidente não deixavam praticamente ninguém trabalhar.

E.R. - Durante esse período Jânio Quadros havia esse problema de pagar as dívidas, um problema inflacionário - de fazer uma política econômica de estabilização - e o problema de relançar a economia. E o Jânio Quadros, como é que ficava? Ele optava por que política?

E.G. - Bom, eu acho que nessa parte... Porque no princípio ele se entusiasmou muito com essa perspectiva... com as críticas, não é? Fez assim como esse governo novo aí, essa Nova República, se dedicou durante algum tempo a fazer a crítica do governo anterior. Então, fez uma grande crítica em cima do governo Juscelino: sobre os erros da política cambial, as distorções, a expansão monetária, aquela história toda. E, em seguida, ele se entusiasmou muito com essa história da Resolução 204, de botar a casa em ordem - que era assim uma espécie de slogan do governo dele -, e o câmbio servia para isso. E, realmente, nós pusemos a casa em ordem, coisa que nós conseguimos. O governo precisava comprar câmbio, produzir o câmbio, comprar o câmbio para pagar aquilo que já tinha sido assumido como compromisso. E a 204, feita em março, e, logo em seguida, outra resolução, 208, que colocou o sistema mais ou menos em dia, produziram um resultado favorável. Nós, realmente, negociamos a dívida externa, usamos todas as pessoas de prestígio: Roberto Campos foi para a Europa negociar, o Valter Moreira Salles foi para os Estados Unidos. Eles ajudaram muito a equacionar os problemas na área externa. No segundo semestre estavam praticamente equacionados. Nessa altura, a administração Jânio Quadros estava perdendo muito. Ele se perdia muito no comando, no conflito das instruções que emitia... Aquelas reuniões que ele fazia nos estados - todo mês ele reunia três governadores de Estado em alguma capital. Ele já não era o mesmo comandante e criou muita perturbação dentro do sistema, liberando verbas etc. Em julho, o ministro Mariani pediu demissão, ninguém sabia. Houve uma importante reunião em Punta del Este, da Aliança para o Progresso, e o Presidente Jânio pediu ao ministro Mariani que ainda fosse a Punta del Este como chefe da delegação; o ministro Mariani foi, mas já demissionário. E quando voltou - isso foi em agosto, agosto de 61 -, o Jânio já estava perturbado. Em vez de dar uma condecoração ao Foster Dulles<sup>7</sup>, que tinha lançado a Aliança para o Progresso com 20 bilhões de dólares, ele deu a condecoração ao Che Guevara. [riso]

P.R. - Não foi o Dulles, foi o Presidente John Kennedy - a Aliança para o Progresso.

E.G. - Foi o Kennedy que lançou. Mas o Ministro do Tesouro é que foi a Punta del Este.

E.R. - A crise estava próxima, não é?

E.G. - A crise estava próxima. E com os desmandos, o Presidente Jânio se perdendo na condução do governo. A gente sentia que aquilo não dava para continuar. O ministro Mariani pediu demissão, foi para Punta del Este em agosto, já demissionário e, quando voltou, logo em seguida, o Jânio renunciou e acabou o governo do Jânio. Entrou o governo João Goulart, com aquelas complicações todas de recusa...

E.R. - Isso, o senhor na Sumoc?

E.G. - Não. Desde 61, quando o ministro Mariani assumiu o Ministério da Fazenda, eu vim para o Ministério da Fazenda.

---

<sup>7</sup> John Foster Dulles foi secretário de Estado do governo Eisenhower (1953-1961) até 1959, quando faleceu. Em consulta posterior, o entrevistado informou tratar-se de Douglas Dillon, secretário do Tesouro no governo Eisenhower, que permaneceu no cargo durante a gestão Kennedy.

E.R. - A sua posição institucional era de requisitado do Banco do Brasil sempre?

E.G. - E'. Emprestado do Banco do Brasil à Sumoc e emprestado da Sumoc ao Ministério da Fazenda.

E.R. - Vínculo original, sempre Banco do Brasil.

E.G. - Banco do Brasil, onde eu fiquei a vida toda, me aposentei pelo Banco... Eu sou funcionário do Banco do Brasil, aposentado. Nunca deixei o Banco do Brasil, nunca passei para o quadro do Banco Central. Muitos passaram, mas eu permaneci fiel ao Banco do Brasil.

Fiquei no Ministério da Fazenda até o final do governo Jânio Quadros, e quando eu estava voltando para a Sumoc, assume no lugar do Mariani o ministro Walther Moreira Salles. Não consegui sair com o ministro Walter Moreira Salles e fiquei no Ministério, na mesma posição que tinha com o ministro Mariani. Isso já no governo João Goulart. Novamente, surgiu o problema de negociação da dívida externa. O ministro Walther Moreira Salles, em certa ocasião, passou quase dois meses, no exterior, lidando com esse problema da dívida externa, quando Tancredo Neves era primeiro-ministro e assumiu também o Ministério da Fazenda.

E.R. - A Sumoc, os técnicos especialistas em moeda, questões monetárias, eles sempre estiveram presentes na formulação, pelo menos da parte monetária dos planos de todos esses governos. Por exemplo: o senhor estava falando do Plano de Metas; a parte monetária tinha sido o Casimiro Ribeiro que tinha redigido. E no governo João Goulart...

E.G. - Eram vários. O Casimiro era o chefe da Divisão Econômica. O Herculano era o chefe do Departamento Econômico, Casimiro era o chefe da Divisão Econômica. Com o Casimiro trabalhavam o Eduardo Silveira Gomes, o Basílio Martins, o Paulo Pereira Lira... Tinha uma equipe boa de garotos, rapazes, jovens ainda, mas uma boa equipe na área monetária. Na área externa, de capitais estrangeiros, também tinha uma boa equipe: era o Pegurier, era o Lattini, era o Rios... Lattini que está aí até hoje, Pegurier morreu... Lattini está na Associação Comercial. Gente muito preparada, tanto na área externa como na área interna.

E.R. - Governo Goulart, a mesma coisa. No plano do Celso Furtado...

E.G. - Não, aí já houve uma ruptura.

E.R. - Sim, mas na parte monetária, eu tenho a impressão que foi também o...

E.G. - Não, aí houve uma ruptura. Houve outras influências, já não foi tanto a Sumoc. Quando o Dr. San Tiago Dantas era o candidato a primeiro-ministro, eu fui à Brasília: eu, o Bulhões Pedreira, o João Paulo de Almeida Magalhães, o Cândido Mendes e o Rômulo de Almeida... Ficamos lá confinados num hotel de Brasília para fazer o programa de governo do San Tiago. Era gente muito ligada - pelo menos da minha parte -, muito ligada a toda a estrutura da Sumoc. Mas o San Tiago Dantas perdeu a...

P.R. - A indicação.

E.G. - Perdeu a indicação. Foi nomeado o Brochado da Rocha. E o Brochado da Rocha tinha o Cibilis Viana por trás. Cibilis Viana era um economista da Universidade do Rio Grande, com muitas tendências esquerdistas ou socialistas, dentro da linha do Brizola e do João Goulart... Ainda hoje, ele é o braço direito do Brizola no governo do estado do Rio. Com isso aquele programa do San Tiago Dantas foi todo alterado. Era o mesmo programa que passou para o Brochado da Rocha, só que tem é que onde estava dito "sim", mudaram para "não".. eu coisa desse tipo; "é viável".., puseram "inviável"; "é inviável", "é viável"...

E.R. - Mas no período presidencialista, no Plano Trienal, a parte monetarista foi o Casimiro que acabou redigindo.

E.G. – É. Parece que sim, pois não tinha como não ser. O domínio dessa técnica, teoria e prática, não podia sair senão da Sumoc. Ali estavam todos os elementos mais preparados... Ficaram alguns do lado de fora, porque não eram funcionários do Banco do Brasil, o Mário Simonsen e outros que militavam na Confederação da Indústria...

E.R. - O Roberto Campos também não, não é? Quer dizer, ele tinha vindo do Itamarati e de outra...

E.G. – O Roberto Campos era diplomata. Trabalhou com Dr. Gudin e com o Lucas Lopes, do BNDE, conduziu a programação do Plano de Metas. Ele é um grande coordenador. Roberto sabia tudo, não é? Tinha uma experiência internacional, uma grande cultura e uma grande capacidade de redação e de coordenação dos trabalhos e teve uma participação relevante até o tempo do Juscelino. Mas desde o tempo de quê? Desde o tempo do Presidente Getúlio Vargas, desde o tempo em que o Maciel Filho era diretor da Sumoc, o quadro da Sumoc é que providenciava todas as estatísticas monetárias e de pagamentos.

E.R. - Como é que o senhor viu a crise, o desgaste do governo Goulart, a chegada de 64, do ponto de vista da condução financeira e econômica do país?

E.G. - Era um desmando total, não é? Uma descoordenação administrativa que já vinha do governo Jânio. Os últimos meses do governo Jânio Quadros foram um desastre, um desastre, o presidente, em vez de ser o coordenador, o disciplinador das atividades, era realmente, um...

P.R. - O descoordenador.

E.G. – É isso aí. Entra o governo João Goulart, e tivemos vários ministros da Fazenda: o Walther Moreira Salles, o San Tiago Dantas...

P.R. - Miguel Calmon.

E.G. - Miguel Calmon du Pin e Almeida...

E.R. - Foram três...

E.G. – Foram mais: Carvalho Pinto...

P.R. - E Nei Galvão.

E.G. - E Nei Galvão - Foram cinco. Eu fiquei no Ministério - saí do Mariani, fiquei com Valter Moreira Salles; entra o San Tiago, eu fiquei com o San Tiago... Quando o San Tiago estava terminando - estava doente, inclusive...

E.R. - Ele morreu logo depois.

E.G. - Ele não demorou muito tempo também não. Saiu do Ministério e veio o Miguel Calmon. Nessa época, eu fui fazer um trabalho no BID, no Banco Interamericano. O BID convocou três economistas - um do Chile, um da Argentina, um do México e um do Brasil - quatro economistas, para fazer um trabalho, para implantar um sistema de financiamento de exportações de manufaturados, com a criação de uma linha de crédito do Banco. Então eu aproveitei a passagem do San Tiago Dantas para o Miguel Calmon e fui para o Washington. Aí tive um pequeno entrevero com o ministro e o chefe de gabinete dele, o Victor Gradin, porque eles mandaram me chamar, que eu retornasse ao Brasil. Eu era o único assessor econômico do ministro, desde o ministro Mariani. No tempo do San Tiago Dantas, o Dias Leite ficou como primeiro assessor: cuidava de toda a parte monetária e do Conselho Monetário, eu cuidava de liberação de recursos, de verbas etc. Pouca gente sabia dos assuntos econômicos do ministério. O ministro presidia as reuniões do Conselho Monetário e assuntos mais complexos tinham que ser filtrados pela assessoria. Quando o Miguel Calmon chegou, “exigiu” que eu regressasse imediatamente. Mandaram dois outros telegramas. Mas eu tinha um contrato com o BID e acabei me indispondo um pouco com ele.

Quando voltei... e isso tem uma certa importância, quando eu voltei, o Ministro encarregou de fazer um primeiro estudo sobre a criação de um banco central, juntamente com o chefe de gabinete dele o Victor Gradin, que hoje está na Odebrecht. Eu não simpatizava com o ministro, pelas críticas que ele fazia ao Banco do Brasil, e não gostava do governo João Goulart. Praticamente, me recusei a assessorá-lo...

E.R. - A desenvolver mais...

E.G. - Ele queria, inclusive, que eu fizesse um trabalho básico sobre a criação do Banco Central, para depois convocar uma comissão... A ideia até que não era ruim, não; só o clima de João Goulart e aquela sucessão de ministros é que não me animava. Então, resolvi não fazer nada. Já tinha me amolado durante a minha permanência Washington, recebendo telegramas para voltar imediatamente... Eu não era funcionário do Ministério da Fazenda, eu era funcionário da Sumoc... Respondi o seguinte: "Considero-me desligado do Ministério, retornado à Sumoc e tal... Estou sob contrato com uma instituição internacional..." Ainda me telefonaram : "O ministro mandou você voltar imediatamente!". Fiquei muito amolado com essa história e, quando voltei, voltei realmente com muita má vontade, mas tive que voltar para o gabinete. Miguel Calmon não era um homem ruim, não, até era um sujeito bom, e o Gradin ficou muito meu amigo depois. Mas só que eu me recusei a, de certa forma, desenvolver o trabalho, e com uma certa raiva do contexto, certo?



De João Goulart: e tudo mais. Resolvi escrever um trabalho ao contrário. Fazia-se, na época, em São Paulo, um grande congresso sobre reformas de base. Reformas de base... Congresso Brasileiro: definição das Reformas de Base. Um congresso enorme: reforma agrária, reforma judiciária, reforma de educação, reforma bancária... Reforma bancária era uma das reformas de base e eu levei lá uma tese contrária: "Reforma bancária/ reforma de base?" - eu fazia a interrogação no título do trabalho. Defendi lá um ponto de vista contrário, mais por raiva do que por propriamente convicção acadêmica. Esse trabalho foi publicado na Revista Conjuntura e Desenvolvimento, da CNI, em abril de 1963. A tese defendia a transformação [trecho incompreensível].

Mas quando o dr. Bulhões veio... Acabou vindo o dr. Bulhões para o Ministério da Fazenda, não é? Com as voltas todas, sai Miguel Calmon, sai Carvalho Pinto... Quando Carvalho Pinto veio para o Ministério da Fazenda, em sucessão ao Miguel Calmon, eu aproveitei e saí do Ministério, voltando para a Sumoc. Apenas, por uns dias, porque logo em seguida, uma semana depois, fui convocado pelo ministro da Viação e Obras Públicas para ser diretor financeiro da Comissão de Marinha Mercante, hoje Sunamam. E ainda no governo João Goulart, mas fora do Ministério, fiquei na Sunamam como diretor financeiro, até março de 1964.

E.R. - O senhor acha que a crise do governo Goulart - quer dizer, crise é um conceito muito amplo -, mas o senhor acha que a crise foi eminentemente política, ou o João Goulart tinha feito promessas de incorporar parcelas da população numa conjuntura de não crescimento econômico? E essa frustração teria levado a uma situação insustentável? Ou era eminentemente política?

E.G. - É muito difícil dar uma resposta em poucas palavras. Eu acho que o João Goulart era uma pessoa despreparada para exercer a presidência da República. Ele tinha uma grande vocação populista, tinha uma experiência sindicalista, aprendeu algumas coisas, talvez, como ministro do trabalho de Getúlio Vargas. Mas ele não tinha a competência de um Getúlio Vargas para manobrar as correntes sindicais e acabou se perdendo. Ele cuidou pouco de educação, de tudo, de saúde, da parte econômica, se dedicou muito ao agrado dos líderes sindicais dos trabalhadores. Acabou sendo envolvido pelos sindicatos e tragado pelos acontecimentos. Ele foi internamente envolvido. Hoje, é fácil ver pelos comícios, pelas coisas que ele fez, como ele foi envolvido. Ele funcionou assim como uma espécie de aprendiz de feiticeiro. Quis fazer uma repetição do Getúlio Vargas, mas, sem a competência do Getúlio, acabou criando uma porção de monstros dentro dos sindicatos. Pacheco, que era do Sindicato dos Marítimos, o Pellacani e não sei quantos outros cercaram o presidente, ao que se sabe, com a ideia de fundar uma república sindicalista no Brasil, com João Goulart ou sem João Goulart. Tudo foi num crescendo - nós vimos como foram as coisas -, foi perdendo o apoio dos empresários, perdendo apoio dos políticos mais esclarecidos, perdendo o apoio do Exército, procurando apoio dos sargentos, dos cabos, dos sindicatos. Foi se perdendo. Foi descendo uma ladeira que culminou nos comícios da Central do Brasil, no comício do Touring Clube e na Revolução de 31 de março.

E.R. - Dr. Galvêas, na transformação da Sumoc em Banco Central, que atribuições da Sumoc passaram para o Banco Central, que atribuições do Banco do Brasil foram incorporadas ao Banco Central? Como é que foi feita essa redistribuição de funções? Que novas funções foram criadas? Como foi a criação do Banco Central nesse contexto do início do governo revolucionário do Castelo Branco?

E.G. - A passagem foi, de uma certa forma, tranquila, por duas razões. Porque o homem idealizador da Sumoc, que era o professor Bulhões, estava agora no ministério da Fazenda. Segundo, porque já estávamos com vinte anos de experiência de Sumoc, e o “embrião” já estava maduro para se transformar num banco central. No momento em que o mesmo homem que idealizou o sistema vinte anos antes era o ministro da Fazenda, não havia condição melhor para que isso se realizasse. O Banco do Brasil não tinha mentalidade de Banco Central. Lá se operava a carteira de Redescontos, mas...

E.R. - Carteira de Câmbio, também.

E.G. – Sim. A carteira de Câmbio comprava e vendia câmbio, mas não tinha nenhuma preocupação, nem sabia, pelas estatísticas, pelos indicadores, o que é que aquilo estava produzindo em termos de expansão monetária. A mesma coisa com a política de redescontos, quer dizer: se havia pressão para redesconto, aumentava a taxa, se não havia, diminuía a taxa? Para o Banco do Brasil, a política monetária era passiva, absolutamente sem nenhum guidance, sem indicadores. Já a passagem dessas funções do Banco do Brasil para a Sumoc, e com o Conselho da Sumoc, começa-se realmente a mudar a estrutura do sistema. As decisões de política monetária e política cambial já passaram a ser feitas no Conselho da Sumoc. Embora a Carteira de Redesconto e a própria Carteira de Câmbio tenham continuado no Banco do Brasil, a formulação da política se fazia na Sumoc, com a participação do presidente do Banco do Brasil, do diretor de Câmbio, do diretor de Redesconto, mas no Conselho da Sumoc.

E.R. - Anteriormente, essa formulação era feita na...

E.G. - Não tinha, não existia. Era tudo com o ministro da Fazenda. Não havia um colegiado ou um órgão formulador de política.

E.R. - Quer dizer, a grande mudança teria sido essa...

E.G. - A grande mudança da Sumoc é isso: criou um órgão formulador da política monetária e cambial. E, também, de crédito agrícola, da política de crédito e de investimentos estrangeiros.

E.R. - E a passagem da Sumoc para o Banco Central...

E.G. – Como eu disse, a passagem da Sumoc para o Banco Central, com vinte anos de experiência de Conselho da Sumoc e de Sumoc propriamente dita - foi uma passagem relativamente fácil. O importante foi desenhar a estrutura do Banco Central e do sistema financeiro, através da Lei 4.595. Estabeleceu-se um conjunto de regras e normas, uma disciplina através da lei, dando nome às coisas, dando funções, dando atribuições, limites, inclusive penalidades, as atribuições do Conselho Monetário, agora já um Conselho Monetário Nacional... Ficaram bem claras e definidas as competências, a delegação legislativa que o Conselho Monetário recebia do Congresso Nacional. O Conselho Monetário se fortaleceu muito com a delegação de poderes recebida pela Lei 4.595 e pela outra lei complementar, a 4.728, que regulamenta todas as atividades na área de mercado de capitais. As duas leis juntas reforçam enormemente as atribuições do Conselho Monetário.

E.R. - A ideia da criação de um banco central puro foi uma ideia que sofreu muitas resistências, não é, da própria burocracia do Banco do Brasil...

E.G. - Muito, muito.

E.R. - ...que sentia que perderia prestígio e poderes com a criação de um banco central, mas também de outros setores da... Os ruralistas, talvez... Dentro do Congresso, os próprios funcionários do Banco do Brasil que eram congressistas. A que o senhor atribui essa rede de pressões contra a formação...? Porque só conseguimos fazer um banco central muito tarde, em termos de história dos bancos centrais internacionais.

E.G. - Embora a Sumoc tenha sido realmente criada em 1945, ainda assim chegou tarde em relação até à experiência dos países latino-americanos. Mas a criação dos bancos centrais...

E.R. - Quem é que pressionava contra?

E.G. - O Banco Central não é uma criação cerebrina, não é uma criação que surge na palheta de um artista ou na cabeça de um técnico. É uma transformação, é um negócio parecido com a moeda, parecido com a roda, não é? [riso] Que deve ter sido quadrada e, com o correr do tempo, vai se arredondando. [riso] Da mesma forma que a moeda toma várias formas, até chegar às formas mais modernas. Os bancos centrais eram bancos emissores como o Banco do Brasil, da França ou da Suécia: era um banco comercial, que tinha recebido o direito de fazer emissão de papel-moeda e de financiar o Estado, mas era um banco comercial e, ao mesmo tempo, o banco do governo. Era como o Banco do Brasil criado por Dom João VI. O Banco da

Inglaterra, o Banco da França, todos tiveram mais ou menos um princípio igual ao do Banco do Brasil. O Banco do Brasil deveria ter sido transformado em Banco Central, no nosso caso. Pela história dos bancos centrais europeus - esquecendo os Estados Unidos que têm uma experiência diferente -, o Banco do Brasil é que deveria ter se transformado em Banco Central.

E.R. - Mas não perderia as funções de banco de fomento?

E.G. - Deveria perder, como os outros perderam. O Banco da Suécia perdeu, o Banco da França perdeu, o Banco da Inglaterra perdeu. Não perderia a coordenação da política, digamos, de fomento, como os outros não perderam. Mas passado aquele período de multiplicidade de bancos emissores, em que todos os bancos emitiam papel-moeda, quando o sistema foi ganhando uma nova concepção e um só banco recebeu a exclusividade da emissão do papel-moeda, esse banco virou o banco central.

E.R. - Anteriormente, aqui no Brasil, quem tinha essa prerrogativa era o próprio ministro da Fazenda?

E.G. - Não. Era o Banco do Brasil. Mas houve vários períodos em que outros bancos comerciais também foram autorizados a emitir papel moeda.

[FINAL DA FITA 2-A]

E.G. - Você falou sobre...

E.R. - Sim: que pressões objetivas na história monetária brasileira, na história da política que envolveu a criação do Banco Central, se fizeram sentir para que o Banco Central não fosse criado ou fosse criado de uma maneira não tão pura?

E.G. - Bom, vamos regredir no tempo, retroagir um pouco na história. O Banco do Brasil foi criado com as mesmas características que tinham aqueles grandes bancos que receberam exclusividade de emissão de papel-moeda, como os bancos europeus, por exemplo. A história do Banco do Brasil é complicada. Houve muitos desmandos dentro do Banco do Brasil, ele faliu, perdeu a autorização para emitir papel-moeda, que foi dada a outros bancos - ao Banco do Comércio, ao Banco da República.

P.R. - O Banco da República foi no tempo do Encilhamento, do Rui Barbosa?

E.G. - É. Banco da República já é depois da República, não é? Mas eu digo no período anterior, em que houve multiplicidade de emissões, essa experiência, que existiu em outros países também, foi feita no Banco do Brasil.

E.R. - Os bancos podiam ter essa prerrogativa de emitir papel-moeda, não é?

E.G. - De emitir papel-moeda. Tanto na Europa, em outros países, como aqui no Brasil. A experiência começa com o Banco do Brasil, passa para os outros bancos e volta ao Banco do Brasil. Quando o Banco do Brasil recebe a exclusividade de emissão de papel-moeda, ele, na verdade, é o Banco Central. Fazia o redesconto e era o guardião das reservas de moeda estrangeira e de ouro.

E.R. - A caracterização é essa.

E.G. - Certo. O Banco do Brasil era o banco do Estado, era o banco emissor, era o banco de redesconto, era o guardião das reservas internacionais e era o caixa do sistema financeiro. Todos os outros bancos concentravam suas reservas no Banco do Brasil, que também administrava a Câmara de Compensação de cheques. O Banco do Brasil era, realmente, o banco central. E assim funcionou durante muito tempo. Mas o Banco do Brasil foi também crescendo muita na área comercial, em outras áreas.

E.R. - São compatíveis essas duas funções? De banco comercial de fomento, que já está lá dentro, sabe dos segredos, digamos, da...

E.G. - A partir de um certo ponto, o Banco do Brasil começa a desenvolver uma política dissociada da concepção de banco central. Ele começa a ser muito atuante na área agrícola, a abrir agências pelo interior do Brasil - o que é um desvirtuamento, um distanciamento das características de um banco central. Vai se afastando, vai abrindo agências, vai operando na área comercial, na área agrícola - e fortemente na área agrícola. Passou a ser praticamente um banco agrícola. E fazendo as funções de banco central sem ter preparo, sem ter uma preparação acadêmica, sem ter os teóricos, sem ter os técnicos especializados na condução de uma política monetária, de uma combinação da política monetária com a política fiscal, com política de comércio exterior, de desenvolvimento... O Banco do Brasil fazia tudo: era capital estrangeiro, registrava tudo na [inaudível], era redesconto, era crédito agrícola, política de... tudo! Tudo era o Banco do Brasil. A partir de 1910, que começam a ganhar corpo as ideias de uma entidade separada; ou para fiscalizar o sistema, porque já haviam muitos bancos, ou para concentrar as atividades típicas de banco central. Já tínhamos as experiências europeias, já havia começado a experiência americana, em 1917 se não me engano, depois o sistema foi revisto, em 1933, nos Estados Unidos... Aqui, nós tivemos uma tentativa muito importante - se não me engano, em 1920, não estou bem certo das datas...

P.R. – Em 1919, quando era ministro da Fazenda o Sampaio Vidal...<sup>8</sup>

E.G. – Nessa época, vem ao Brasil, a convite do governo, o diretor do Banco da Inglaterra, sir Otto Niemeyer...

P.R. - Isso já foi 30, não é? Já foi uma tentativa feita pelo governo Washington Luís.

Nessa época houve uma conferência em Bruxelas, onde o Brasil assumiu o compromisso de criar o Banco Central. Mas acabou isso não dando certo.

E.G. – Surgiram os primeiros projetos de criação do Banco Central, de um modo geral, pela transformação do Banco do Brasil. Inclusive o projeto do sir Otto Niemeyer que ficou muito completo.

P.R. - Sim, já no tempo do Washington Luís.

E.G. - Certo. A iniciativa de convidar sir Otto Niemeyer, ao que sei, foi do ministro José Maria Whitaker, no Governo Getulio Vargas.

P.R. - Exatamente.

E.G. – O projeto foi para o Congresso, teve tramitação, mas não vingou. Depois disso foram feitas várias outras tentativas. Então, isso vem de mil novecentos e pouco. Eu acho que a reunião de Genebra foi em 1910.

P.R. - Foi em 23. Foi no governo Epiácio Pessoa.<sup>9</sup>

E.G. - 23? No governo Epiácio Pessoa? Eu escrevi um capítulo sobre essa história do Banco do Brasil e das primeiras iniciativas de criação do Banco Central, em um livro “Sistema Financeiro e Mercado de Capitais”, editado pelo Ibmec, em 1985. Seria bom você ver.

---

<sup>8</sup> Sampaio Vidal foi o primeiro ministro da Fazenda do governo Artur Bernardes (1922-26). Em 1918, como deputado, apresentou projeto propondo a transformação do Banco do Brasil em Banco Central de Emissões.

<sup>9</sup> A Convenção de Genebra teve lugar em 1920, durante o governo Epiácio Pessoa (1919-22).

P.R. - É. Tem até uma publicação do Banco Central que conta essa história. Eu estou até me baseando nela.

E.G. - É isso mesmo. Vem o compromisso de se criar um banco central, começam a ser feitos bancos centrais em vários países do continente, nós começamos a contratar gente, fizemos projetos, que foram para o Congresso, andou tramitando, demorou, perdeu-se, voltou... Em 1945 ou 46, fizemos mais um. Quem é que faz? Um ministro Castro...

P.R. - O Correia e Castro, ministro do Dutra, faz uma tentativa mais enérgica.

E.G. - O ministro Correia e Castro. Reuniu todas as propostas anteriores e fez um monstrego de projeto. Criava-se um banco industrial, um banco agrícola, um banco central. Era um negócio assim feito acho que por várias pessoas... [riso]

P.R. - Mas isso não foi a reforma bancária do Jango, dr. Galvêas?

E.G. - Não. Vem com o Correia e Castro. Em cima desse projeto vão se apresentando as emendas e os substitutivos. A preocupação de fazer um ordenamento do tipo banco central, a partir de 1920, vem com o compromisso de Genebra. Posteriormente, no final da segunda grande guerra, em 1944. Veio a reunião de Bretton Woods, da qual resultou a criação do Fundo Monetário e do Banco Mundial. A partir daí, reforça-se a necessidade absoluta de se criar um banco central, no Brasil.

E.R. - Para ser o interlocutor, talvez, da...

E.G. - Inclusive para ser o agente de ligação do governo com essas novas entidades internacionais. A ideia ganhava força quando o dr. Bulhões - voltando da reunião de Bretton Woods -, se juntou com o Vieira Machado, que era superintendente do Banco do Brasil e, portanto, uma pessoa indispensável para fazer esse tipo de trabalho a quatro mãos... O dr. Bulhões e o Vieira Machado elaboraram a Lei 7.293, que criou a Sumoc, com esse refrão: " Fica criada a Superintendência da Moeda e do Crédito como embrião do futuro Banco Central."

P.R. - Mas ainda assim, durante o período de funcionamento da Sumoc, durante quase vinte anos, ela foi largamente influenciada pelo Banco do Brasil, não é? Ou, de certa forma, havia um controle do Banco do Brasil sobre as atividades da Sumoc, não?

E.G. – Controle não. Mas o Banco do Brasil ficou com as funções executivas de Banco Central. Como nós dissemos antes, a Sumoc tinha quatro departamentos: a Inspeção Geral de Bancos, a Secretaria Geral, o Departamento Jurídico e o Departamento Econômico. Todos esses departamentos, principalmente a Secretaria Geral e a Inspeção Geral de Bancos, eram formadas por velhos funcionários em altos postos de carreira no Banco do Brasil. O departamento novo, com gente nova, criado também com base nos elementos trazidos do Banco do Brasil, era o Departamento Econômico. Então, esse embate era inevitável. Como eu disse antes. Primeiro, dentro da própria Sumoc, há um conflito difícil de ser resolvido, entre o Departamento Econômico, a Secretaria Geral e a Inspeção de Bancos. Por várias razões, mas, principalmente por uma questão de formação, pelo fato, inaceitável, de ser um economista novo, com cinco, seis anos de banco, nomeado chefe de divisão ou chefe de departamento. [riso] Isso no banco era um sacrilégio, era um crime de... de lesa-banco, não é? [risos] "Como é possível que esse fulano aí com dez anos de banco, já seja chefe de divisão! O senhor Casimiro entrou em 42..." O Casimiro entrou no mesmo concurso que eu entrei.

E.R. - Eram as pessoas exatamente que não estavam viciadas numa determinada visão, não é?

E.G. - Bom, eu não diria que estivessem viciadas. Eles tinham uma formação econômica, uma vocação... Começaram a ver os problemas de redesconto, de câmbio, de desenvolvimento econômico, comércio internacional dentro do Banco do Brasil, e estudaram economia. Eduardo Silveira Gomes é um dos maiores economistas do Brasil - esse que foi presidente do Banerj, foi diretor de câmbio do Boavista; Paulo Pereira Lira estudou economia; eu estudei economia; o Lattini estudou economia; Basílio Martins... e, assim, dezenas de outros funcionários foram entrando nas faculdades de Economia. E as pessoas que não tinham a mesma vocação e a mesma determinação, reagem dizendo: "Economia é uma porção de estatística com um pouco de bom senso, não é? [riso] Esses meninos ficam aí, parece que vão reformar o mundo. Não sabem nada." Mal sabiam eles que aquilo é que estava reformulando a política econômica do Brasil. Porque é dali, da cabeça dessa gente, bem ou mal preparada, que surgem as mudanças que transformam o país, não é? Para o bem ou para o mal, convenhamos, são eles que fazem as regras, fazem as leis, fazem as resoluções, fazem as circulares. É assim em toda a parte. Para o bem ou para o mal...

P.R. - Mas mesmo assim, dr. Galvêas, o Banco Central ainda não conseguiu ser o banco central puro. Porque logo no início, o decreto de criação estabelece a interferência dele no crédito rural e, posteriormente, o Banco Central passa a fazer parte do Sistema Nacional de Crédito Rural. E ainda mais um pouco adiante, ele assume a conta daquele fundo de fertilizantes. Quer dizer, eu acho que são três etapas que, na verdade, transformam o Banco... Não: não transformam, mas dão ao Banco Central também uma atribuição de banco rural.

E.G. - O Banco Central já começa errado, não é? O Banco Central, que devia ser um banco central puro, já começa com atribuições de banco de fomento. Hoje o Banco Central é uma Torre de Babel. O Banco Central misturou com outras atribuições a função principal de ser o disciplinador da política monetária, dos meios de pagamentos, de controlar os meios de



pagamento para que não haja excesso nem escassez, para que não haja nem inflação, nem deflação... Ficou tangido pelo poder. Assumiu todas as atribuições na área de mercado de capitais... Emissão de ações era com o Banco Central, debêntures é com o Banco Central, a fiscalização de tudo isso é com o Banco Central, fiscalização de Bolsa é com o Banco Central, crédito agrícola é com o Banco Central, capital estrangeiro, remessa de juros, royalties, dividendos, consórcios de automóvel, vendas a prazo...e financiador de déficits do Tesouro.

P.R. - E não era para ser isso.

E.G. - Banco Central não é isso. Quando muito, alguns bancos centrais reuniam a política monetária e a fiscalização do sistema. Em muitos países, como nos Estados Unidos e muitos países latino-americanos e na Europa, até essas funções são separadas. O Banco Central controla a política monetária, o redesconto, o depósito compulsório, o mercado aberto -, e a parte de fiscalização é entregue a uma comissão de fiscalização, uma Comissão Bancária, como no México, na Colômbia, na Guatemala, no Chile... Um outro órgão para fiscalizar o sistema. O muito que se poderia esperar é que o banco central tivesse duas funções: a de banco central propriamente dito, banco central puro, e mais a fiscalização do sistema. Mas aqui não: ele entrou fiscalizando o mercado de capitais, as bolsas de valores, o capital estrangeiro, o crédito rural... Então, é uma instituição que não é um banco central. E' um banco central também, mas é muito mais do que um banco central. E é por isso que quando as pessoas começam a falar em independência do Banco Central, eu acho até um pouco engraçado. Porque dar independência a um banco central com essas atribuições todas, não há presidente da República, nem primeiro-ministro, nem ministro da Fazenda capaz de reunir os mesmos poderes que teria o presidente do Banco Central. Imagina um presidente de banco central com absoluta autonomia e independência, com esse Banco Central que está aí. Agora ainda temos a Comissão de Valores Mobiliários. Mas ainda é muita coisa para o Banco Central, não é? Para ser independente e ser autônomo.... Você pode dar autonomia e independência a uma pessoa normal, mas ao Frankstein você não dá independência nem autonomia; ele tem que ser controlado. Senão, pode ser um desastre, não é?

P.R. – É. Esse tem sido o toque da entrevista que estamos fazendo com o Dênio, e o Dênio critica exatamente isso: ele critica as mudanças introduzidas no Banco Central em 1974, quando o Simonsen assumiu o Ministério da Fazenda, em que os diretores do Banco passaram a ser demissíveis ad nutum pelo presidente da República, em vez de serem submetidos à audiência do Senado; os diretores do Banco Central deixaram de fazer parte do Conselho Monetário Nacional; foi criada a Comissão de Valores Mobiliários, com atribuições paralelas, segundo ele, às do Banco Central; e mais do que isso: o presidente dessa comissão passou a fazer parte do Conselho Monetário Nacional. Então ele acha que isso realmente desfigurou aquele sentido de independência que ele defende, que sustenta, para que o Banco Central possa realmente funcionar.

E.G. - A minha opinião diverge da do Dênio. Eu acho que ele tem razão em algumas coisas; eu acho que o mandato dos diretores e do presidente do Banco Central devia ser fixado por lei

para que eles tivessem a estabilidade que têm os juízes. Não digo que sejam perpétuos, que seja um cargo vitalício...

E.R. - Mas que sejam mandatos garantidos, não é?

E.G. - Mas que tenham um certo mandato garantido. Agora, o resultado, depende muito das pessoas que são nomeadas, porque nós temos visto aí que há certas nomeações no Banco Central que se tivessem um mandato de cinco anos, ou de sete anos, seria um desastre muito maior do que a demissão ad nutum, não é? [risos]

P.R. - É claro.

E.G. – A gente fica pensando que se pode ter o leão como o rei dos animais, mesmo que ele devore alguns outros animais, ou... Se fosse o macaco, por exemplo, não podia ser, não é? O leão impõe respeito, talvez seja realmente o rei dos animais, mas o macaco não poderia ser o rei dos animais, não é? Eu acho que nós temos que pensar nessas coisas todas. A experiência brasileira é diferente da de outros países, mas quando se criou o Conselho da Sumoc, já era o conselho do Banco Central. E' assim em muitos países. O board do Federal Reserve, nos Estados Unidos, é um conselho do Federal Reserve. O board do Banco do México é o board do Banco do México. Na Venezuela, embora o ministro da Fazenda seja o presidente, é um board do Banco Central. Foi assim que o dr. Bulhões imaginou o sistema. Quer dizer: era Sumoc-Banco Central com o Conselho da Sumoc. E quando virou Conselho Monetário, eu acho que também era a mesma ideia.

Eu acho que uma das ideias mais brilhantes surgidas ao longo desse debate foi a criação do Conselho Monetário, com as delegações que recebeu do Congresso Nacional. O Conselho Monetário deu agilidade, deu velocidade às decisões de política econômica e compartilhou as responsabilidades, de tal maneira que as autoridades não ficaram inibidas ou presas ao processo burocrático, com medo de tomar decisões. O Conselho, praticamente, é inatingível em termos de ações populares e de mandados de segurança. Ele pode tomar medidas rápidas, ele pode mudar o câmbio. Mas eu acho que, no tempo, o Conselho foi sendo desvirtuado. Primeiro, passou a ser um CONSELHO Monetário Nacional<sup>10</sup>, com representantes de todos os lados. Ficou um conselho enorme! As reuniões são em torno de uma mesa enorme. Na verdade, as pessoas nem participam, não chegam a participar. Recebem os votos prontos, o ministro já traz aquilo pronto, quando não o faz ad referendum. Reuniões telefônicas, não é isso? [riso] Então, o sistema, pela própria natureza, pelos poderes que recebeu, pela multiplicidade de atribuições, pelo número de participantes, se perdeu. A experiência se perdeu. Nisso, eu acho que o Dênio tem alguma razão.

Nós temos que pensar que a independência do Banco Central, com a disciplina que é característica de um banco central, em termos monetários, em termos de regulação dos meios

---

<sup>10</sup> Enuncia o nome com voz impostada.

de pagamento, é uma coisa que não é só de interesse do Banco Central. E' um conjunto de ações que começa, basicamente e essencialmente, com o orçamento da República. Se o orçamento for um orçamento sério, um orçamento equilibrado, um orçamento decente, o Banco Central vai fazer um trabalho coerente e eficaz. Mas se se aprova no Congresso um orçamento desequilibrado, e depois não há disciplina, na sua execução, sendo alterado ao sabor dos acontecimentos, pela vontade dos ministros, de vários ministros, do presidente da República, dos próprios congressistas, então o Banco Central não é nada! Hoje, o Banco Central do Brasil não é um banco central. E' uma instituição inócua, um conglomerado com várias atribuições, ligado um pouco à emissão de papel-moeda, que já não tem mais muita expressão, e que regula um pouco a atividade dos bancos, fiscaliza o sistema como uma comissão de fiscalização bancária... mas banco central, mesmo, não é.

P.R. - Como fazia a Sumoc.

E.G. - A Sumoc tinha dificuldades, porque era um misto de Sumoc e Banco Central. Dividia a autoridade monetária com o Banco do Brasil. Foi assim durante muito tempo. Mesmo depois de 64, o orçamento monetário abrangia as contas do Tesouro, as do Banco Central e as do Banco do Brasil. Só recentemente é que o Banco do Brasil saiu de dentro do orçamento monetário. Mas, agora, não temos mais nem orçamento monetário. Veja o ritmo da expansão monetária. Ninguém respeita nada.

P.R. - Dr. Galvêas, o senhor saiu da Cacex para assumir a presidência do Banco Central, pela primeira vez, quando houve desavença entre o Delfim e o Rui Leme, no início do governo Costa e Silva. Como é que foi essa história? O senhor pode contar alguma coisa a respeito?

E.G. - Acho que posso. Acho que posso... [risos] Deixa ver se me lembro bem dos acontecimentos. A desavença não foi entre o Delfim e o Rui Leme, não. Delfim e Rui Leme eram e são muito amigos. Eles vinham de um escritório de trabalhos técnicos e econômicos, lá de São Paulo, em que o Rui Leme era o chefe do escritório. Delfim trabalhava com o Rui Leme. Evidentemente que o Delfim, com toda aquela capacidade, aquela bagagem econômica, professor, e genial como é o Delfim, superou o Rui Leme. Mas o Rui Leme veio para o Banco Central escolhido pelo Delfim, e foi tirado do Banco Central pelo Costa e Silva, e não pelo Delfim. Criou, inclusive, um grande constrangimento para o Delfim. E o episódio, se bem me lembro... Deixa eu ver como eu me coloco nessa história.

Em 1968, se não me engano, eu estava na Cacex e, com a mudança de governo, vagava-se a diretoria do Banco Interamericano, a diretoria do Brasil no Banco Interamericano. Eu tinha uma vontade grande de fazer um estágio no exterior e me candidatei ao lugar do Vítor da Silva, que era o diretor. Então, fui nomeado pelo presidente Castelo Branco diretor do Banco Interamericano. Ia deixar a Cacex e ia ser diretor do BID, em Washington... Já tinha até arranjado apartamento em Washington e estava pronto para me mudar.

Eu vinha fazendo um trabalho na Cacex muito ligado ao Rui Leme. Nós introduzimos a taxa de câmbio flutuante, em 68, ainda com o Rui Leme no Banco Central e eu na Cacex. Rui Leme no Banco Central, eu na Cacex, e o Genival de Almeida Santos, diretor de Câmbio do Banco do Brasil - nós trabalhamos nesse processo para a mudança do sistema cambial, que começou em agosto de 68. Desenhado o programa, trouxemos o Paulo Pereira Lira, que estava no Fundo Monetário, para ser o diretor de Câmbio. Eu continuava diretor da Cacex e estava indo para o BID, em Washington. Nessa ocasião, o Rui Leme vai a um programa de televisão. O Rui Leme fumava cachimbo e vai a um programa de televisão com o cachimbo. Ele não era muito bom articulista nem estava, vamos dizer assim, preparado para esse tipo de apresentação nas telas de televisão. E dá uma entrevista à televisão com um cachimbo apagado. Fumava aquele cachimbo apagado o tempo todo e respondia um pouco desordenadamente as perguntas, embora ele seja um engenheiro competente, bom matemático, conhece muita coisa -, mas ele se perdeu realmente nessa entrevista. Foi uma entrevista muito infeliz para ele e, principalmente, com aquele cachimbo apagado [riso] que irritou profundamente o Presidente Costa e Silva. Pelo que eu sei, o Costa e Silva telefonou para o Delfim e disse ao Delfim para tirar o Rui Leme do Banco Central. E tirar já, tirar imediatamente. [riso] E o Delfim, que era amicíssimo do Rui Leme, ficou, realmente, muito constrangido. Criou-se um problema sério para o Delfim chamar Rui Leme e tirar Rui Leme do Banco Central. Lembro bem que o Delfim me chamou - nós nos reuníamos sempre de manhã, no ministério - e me disse que estava com esse problema. E me disse mais o seguinte: "Eu acho que não tenho alternativa, vou ter que tirar o Rui Leme. E também não tenho alternativa, vou pedir a você para desistir da ideia de ir para o exterior, de ir para o Banco Interamericano. Porque, com a saída do Rui Leme, eu não vejo, dentro do nosso quadro, outra pessoa para assumir o Banco Central senão você." Eu realmente fiquei bastante abalado com a ideia. Primeiro, com a frustração de não fazer a minha experiência no exterior, pela qual esperava há muito tempo; e depois, com a responsabilidade de assumir o Banco Central. No final, tudo se processou dessa maneira. Há também um episódio engraçado... Isso não vai ser publicado, não é?

E.R. - Isso é para...

E.G. - Isso é para as memórias, não é? [riso]

P.R. - É.

E.G. - Me lembro que, então, naquela semana, o tempo estava passando e o Delfim não encontrava como falar com o Rui Leme. Houve um jantar na casa do Enaldo Cravo Peixoto, que era secretário de Obras aqui do...

P.R. - Do governo Lacerda.

E.G. - Do governo Lacerda. Estávamos todos nós lá no jantar e o Rui Leme me deu os parabéns. Ele gostava muito de mim, e eu dele. O Rui me deu os parabéns enfaticamente e com alegria, e usou até uma expressão inglesa: "The right man in the right place." Aí, eu fiquei muito aliviado, embora meio desconfiado, mas fiquei muito aliviado. Eu digo: "Então está resolvido o problema. Que bom!"

P.R. - Ah, ele já sabia.

E.G. - Eu imaginei que ele já soubesse! Mas ele estava me dando os parabéns pelo BID, pela diretoria do BID. [risos] Mas, eu assim meio malandro [riso] com um pouco de malandragem da experiência carioca, me guardei, não fui me entregando. Não desdobrei o assunto. Ele colocou a coisa alegremente com grande abraço e tal... Mas eu fiquei na minha, aguardando um pouco mais de informação [risos] inclusive a chegada do Delfim, que também jantava lá nessa noite. E quando o Delfim chegou, eu disse: "Ô Delfim, você já falou com o Rui?" Ele disse: "Ainda não, homem! Imagine você que eu ainda não tive coragem de falar com o Rui." Eu aí liguei as duas coisas: o Rui me deu os parabéns pelo BID e não pelo Banco Central. Graças a Deus não cometi uma tremenda "gaffe". Mas, logo depois, dois ou três dias depois, não houve como, e o Delfim teve que comunicar a ele - era uma decisão do Costa e Silva - e eu fui parar no Banco Central.

E.R. - Vamos deixar esse próximo capítulo para uma...

E.G. - Para uma próxima conversa.

E.R. - Para uma próxima conversa?

[FINAL DA FITA 2-B]

2a. *Entrevista*: 18.10.1989<sup>11</sup>

P.R. - Dr. Galvêas, da última vez nós terminamos com o senhor narrando o episódio da saída do Rui Leme do Banco Central, e nós teríamos, em consequência disso, uma outra pergunta que seria o seguinte: existiu diferença entre as políticas econômico-financeiras do governo Castelo Branco e do governo Costa e Silva?

E.G. - Não, em princípio eu diria que não – e até escrevi alguns trabalhos mostrando que havia uma perfeita continuidade na política econômica. Evidentemente que no governo Castelo Branco foi preciso fazer uma reconstrução de muitas coisas que estavam erradas ou que haviam sido destruídas, principalmente no período de governo João Goulart. Então, com a liderança do Dr. Bulhões e do Roberto Campos, foi feito um número muito grande de novas leis, de decretos, de reformas para, vamos dizer assim, colocar os fundamentos de uma nova orientação na política econômica. Isso foi feito com o sentido também muito privatista e bastante liberal, que era uma posição que confrontava com muitos aspectos da política anterior - não só da política do João Goulart, mas desde 1950 nós assistimos a um processo de maior ênfase na participação do Estado, na intervenção do Estado no domínio econômico. Foram criadas muitas instituições públicas na década de 50 e até mesmo no início dos anos 60. A nova orientação do governo Castelo Branco era um pouco para deter a marcha desse processo de estatização, era dar maior ênfase à privatização, à iniciativa privada, e praticar uma política liberal, uma política de maior participação dos empresários e menor ingerência do governo nas atividades econômicas. Eu acho que no governo Castelo, isso foi feito, foram consertadas muitas coisas. Havia uma perspectiva de inflação em 1964 de quase 150% ao ano, que foi

---

<sup>11</sup> Entrevista revista e editada pelo entrevistado.

controlada, o orçamento foi equilibrado por essas medidas de austeridade ou do financiamento não inflacionário do déficit.

Quando começou o governo Costa e Silva, com o Delfim no Ministério da Fazenda, houve realmente uma continuidade desse processo. Quer dizer: nós não alteramos os rumos daquela nova orientação da política econômica que achávamos muito consistente e estava dentro das mesmas linhas da escola de pensamento dos novos administradores. Houve uma pequena - vamos dizer assim - mudança de comportamento e de atitude no que se relaciona à política de crédito talvez, principalmente à política de crédito agrícola. O Nestor Jost na presidência do Banco do Brasil era, muito marcadamente, um homem de fomento da agricultura, e o Delfim tinha igualmente uma grande preocupação em produzir uma grande expansão da safra agrícola, com o sentido também de exportações. Com isso, eu acho que deu-se uma mudança no comportamento da administração. A administração anterior, que era excessivamente austera em relação aos gastos públicos e à expansão monetária, de certa forma chegou até a uma recessão, em 1966 e 67. Não era uma recessão feita somente no Brasil, era uma recessão também importada, porque havia um declínio das atividades econômicas na área internacional. Mas com essa dureza no mercado interno e a recessão na área internacional, a economia brasileira sofreu, nesses dois anos, um declínio na sua taxa de expansão. Eu acho até que já mencionei isso antes -, o Delfim entrou com o ânimo de fazer chover nas cabeceiras, irrigar a lavoura, irrigar o interior do Brasil com uma expansão maior de crédito, com o sentido de ativar a produção de alimentos e as exportações. Isso produziu, realmente, excelentes resultados, mas eu acho que talvez tenha produzido também, um retardamento no programa de estabilização monetária.

De qualquer forma, essa mudança de atitude não interrompeu a visão do governo em relação à inflação: havia que combater a inflação, havia que jogar a inflação para um patamar suportável pela sociedade brasileira, que não pusesse em risco as taxas de investimento e o processo de desenvolvimento econômico. E isso foi feito. Tudo dentro da mesma concepção, mais ou menos dentro da mesma filosofia, dentro das mesmas regras liberais, a política monetária, a política fiscal, a política cambial - que essa foi mudada... A política cambial foi mudada; introduzindo-se, em 68, o sistema das minidesvalorizações. Mas dentro, mais ou menos, da mesma política, conseguiu-se trazer a taxa de inflação, que já no período Bulhões-Campos vinha caindo - chegou em 1966 a menos de 40%. No período seguinte, a taxa de inflação foi se reduzindo e chegamos a 20%, de 1969 a 1971. E mais, em 1972 e 73, a inflação caiu para 15%. Foi um tremendo resultado.

E.R. - Dr. Galvêas, dentro dessa exposição do senhor surge uma série de novas questões. O diagnóstico da inflação permaneceu o mesmo, nessa mudança de governo?

E.G. - Permaneceu o mesmo. Quer dizer: a ideia de que a inflação resultava de um excesso de expansão de meios de pagamento e de crédito, que a inflação resultava de um desequilíbrio orçamentário, principalmente na área da União, e também dos aumentos de salário acima da produtividade do trabalho... Essas três concepções como fatores determinantes de inflação foram mais ou menos as mesmas que prevaleceram na concepção dos administradores anteriores.

E.R. - A grande modificação seria, então, a questão da expansão, não é? Houve mais expansão de crédito.

E.G. - Houve. Até mesmo porque a conjuntura favorecia isso. No governo Castelo Branco era toda uma ideia de consertar erros antes de começar a fazer alguma coisa. Como o governo durou pouco - foi um governo de menos de três anos -, não houve tempo, depois, de fazer um trabalho de desenvolvimento. Quer dizer: fez-se um trabalho de reconstrução, mas não houve tempo de começar um trabalho de desenvolvimento. Isto ocorreu no governo Costa e Silva e, depois, no governo Médici.

E.R. - Quanto a esse aspecto, em termos de ruptura, em termos de continuidade, certamente que nesse período Castelo Branco houve, como o senhor está nos explicando, uma arrumação da casa, não é, através do PAEG e, posteriormente, o Decreto-Lei 200 também ajudou na redefinição do próprio capital privado, do empresariado, na nova estratégia de desenvolvimento que o governo estava utilizando. O que eu perguntaria ao senhor é o seguinte: em termos políticos, houve uma ruptura, não é? Se nós observarmos a equipe econômica, ela foi basicamente trocada - o senhor seria quase uma exceção a essa regra, não é? Quer dizer, saem Bulhões, Campos; sai Dênio Nogueira, saem os administradores desses órgãos de planejamento e economia. Nesse sentido, o senhor não vê aí uma ruptura? O senhor atribui a que isso? Seria uma ruptura política da passagem do Castelo para o Costa? Há aspectos técnicos também na concepção dessa ruptura, ou simplesmente foi uma ruptura política?

E.G. - A meu ver - isso aconteceu outras vezes -, você tinha a administração da área econômica baseada na escola do Rio de Janeiro, na Fundação Getulio Vargas. Eram Bulhões, Roberto Campos, Dênio Nogueira, Casimiro Ribeiro. Economistas profissionais, competentes, do Rio de Janeiro, marcados pelas ideias liberais da Fundação Getulio Vargas. Com a entrada do Delfim, origem da equipe econômica saiu do Rio e passou para São Paulo. Em vez da Fundação Getulio Vargas, entrou a USP. Eram o Delfim Neto, o Rui Leme, o Carlos Roca, o Iqueda, o Pastore, o Pécora, o Eduardo Carvalho, o Carlos Viacava, era toda uma turma da USP e não da Fundação Getulio Vargas. Eu, realmente, fiquei assim como um elemento que não pertencia nem a um lado nem ao outro. Eu vinha de governos anteriores, era diretor da Cacex, com o professor Bulhões e o Roberto Campos, e continuei diretor da Cacex com o Delfim Neto.

P.R. - Dr. Galvêas, o senhor falou - e realmente foi verdade - que durante o governo Castelo Branco houve um princípio de recessão, e essa recessão estava preocupando o empresariado, principalmente o empresariado industrial de São Paulo. Com o ingresso do Delfim, parece que houve uma transformação na situação, porque o empresariado de São Paulo sentiu-se mais aliviado. Houve uma espécie de retomada do crescimento econômico, que havia mais ou menos se esfriado no governo Castelo Branco. Ocorreu realmente isso?

E.G. - É, houve. É lógico: quando você expande o crédito para a agricultura, a agricultura faz compras na indústria e no comércio e as coisas se expandem. Houve também uma expansão maior, tomou maior velocidade o ritmo de expansão das exportações. Então, em cima do trabalho que havia sido feito antes, e dentro do mesmo propósito de combater a inflação - que era tida como inimiga número um, já naquela época, embora as taxas fossem muito menores que as de hoje, por exemplo -, a conjuntura permitiu que se adotassem outros instrumentos. Enquanto a preocupação maior do Bulhões e do Roberto Campos era fazer a reforma tributária, a reforma bancária, a reforma do mercado de capitais e toda aquela legislação que deu base, que serviu de plataforma - até hoje - para a condução da política econômico-financeira, no período seguinte já foi possível tratar de algumas outras coisas: de ver a agricultura, o que se podia fazer em termos de expansão da agricultura. Nos permitiu, por exemplo, fazer uma redução importante de impostos na área das importações. O aumento da importação fomentou também o aumento de exportação. Tudo isso deu um estímulo maior ao crescimento industrial e agrícola. Mas... são complementos. As duas administrações são bastante complementares. Uma preparou o terreno e a outra construiu em cima desse terreno um processo de maior velocidade de desenvolvimento econômico. E é por isso que no período de 67 a 74, realmente, aproveitando uma boa situação na área externa, o Brasil atravessou o que se chamou de "período de ouro" ou, exageradamente de "milagre econômico", quer dizer, foi o período em que a economia brasileira mais cresceu, com o balanço de pagamentos equilibrado e a inflação com uma tendência nítida de queda, como terminou em 73.

P.R. - E o Banco Central?

E.G. - Aliás, deixa eu fazer uma pequena observação, ficou na minha cabeça, in the back of my mind: a inflação foi 20% de 69 a 71 e 15% em 72 e 73. 1974 já é a mudança de governo, já se passou o governo para o presidente Geisel.

P.R. - Agora, o Banco Central? Houve uma mudança de diretriz no Banco Central depois que assumiu o governo Costa e Silva, em relação ao governo anterior?

E.G. - Não. Eu também diria que não houve. Porque, primeiro, na gestão do Rui Leme, acho que continuamos trabalhando dentro da mesma orientação, talvez tratando um pouco mais da estrutura do sistema financeiro, que estava recém-reestruturado. Quando eu substituí o Rui Leme no Banco Central, eu não tinha nenhuma razão para imprimir qualquer mudança no comportamento do Banco Central. Nós tivemos problemas, alguns problemas que também já tinham existido antes. Esse processo de adaptação, o excesso do empresariado novo no campo financeiro, trouxe muitos problemas, principalmente na área financeira. E nós atravessamos, por razão mesmo desse crescimento mais rápido e desse processo de ajustamento, algumas crises no mercado financeiro. Pode ser que em determinados momentos a ênfase variou em certos aspectos, mas não no fundamental da política do Banco Central.

P.R. - Quando o senhor deixou o Banco Central dessa vez, o senhor ingressou na área privada e foi vice-presidente do conselho de administração da Aracruz, não foi isso? A Aracruz foi uma das experiências feitas no campo da indústria petroquímica, não foi, dr. Galvêas?



E.G. - Não, a Aracruz é uma indústria de celulose, celulose de eucalipto. Quando saí do Banco Central, eu praticamente já havia terminado minha carreira no Banco do Brasil, eu já estava aposentado e não pretendia continuar no governo. Também assumi um compromisso comigo mesmo de não aceitar nenhuma função no setor financeiro. Como eu tinha sido presidente do Banco Central mais de seis anos, me parecia, por uma questão de ética, que não deveria assumir nenhum cargo em banco comercial ou instituição financeira, que é a área que eu conhecia mais - tinha vivido praticamente toda minha vida nessa área. Mas assumi esse compromisso e procurei, então, me localizar em alguma outra atividade que não fosse ligada ao mercado financeiro e aos bancos comerciais. Assim, em 1974, assumi um cargo em São Paulo, no Conselho de Administração da Mecânica Pesada, junto com o almirante Nubar Bogossian e o dr. João Pedro Gouveia Vieira, empresa do grupo francês Schneider, uma grande indústria. E depois disso, como era realmente uma coisa que não me tomava muito tempo, aceitei o cargo de diretor financeiro da Aracruz, a convite de Erling Lorentzen.

Aracruz era um projeto de construção de uma grande indústria de celulose no Espírito Santo. Alguns pioneiros como Erling Lorentzen, o Dias Leite, o Eliezer Batista e Leopoldo Brandão haviam ocupado uma boa área de terras no Espírito Santo para plantar eucalipto com o sentido de exportação de chips, principalmente. Essa era basicamente a idéia, mas o Erling Lorentzen mudou a concepção do projeto diante de uns estudos técnicos feitos por engenheiros finlandeses, a Jaakko Pöyry. Foi assim que comecei a conversar com o pessoal da Aracruz - um projeto de construção de uma fábrica de celulose calculada, em termos de investimento, em 300 milhões de dólares. Era, possivelmente, o maior projeto privado que se realizaria no Brasil, naquela época. Estudei o projeto e aceitei conduzir a parte financeira. O projeto terminou com um investimento de 660 milhões de dólares, é um dos projetos mais bem-sucedidos do Brasil, e eu tive a honra de terminar como presidente executivo da empresa. A Aracruz, hoje, é uma realização extraordinária: produz quinhentas mil toneladas por ano, está sendo duplicada, vai produzir um milhão de toneladas de celulose química branqueada e exporta 80% de sua produção. Uma tremenda contribuição para a economia do Espírito Santo e para a economia do Brasil. Trabalhei nesse projeto de 74 até 1979, quando voltei para o Banco Central. Quer dizer: foi uma experiência, para mim, muito rica sob todos os aspectos - aspectos financeiros, comerciais, planejamento... Essa convivência maior com a atividade privada realmente me foi muito positiva.

P.R. - E'. No início do governo Figueiredo, o senhor volta realmente à presidência do Banco Central. Dessa vez, novamente, em consequência de uma espécie de conflito que existiu entre o Carlos Brandão e o ministro Rischbieter, não foi?

E.G. - Eu não voltei no princípio do governo. Figueiredo que assumiu em março de 1979. Eu só vim ao Banco Central em agosto. A meu ver, não havia propriamente um...

P.R. - Um conflito.

E.G. - Um conflito entre o Rischbieter e o Carlos Brandão; acho que eles se davam até muito bem. Carlos Brandão era muito meu amigo, Rischbieter também. Eu havia conhecido o Rischbieter quando, no projeto Aracruz, tivemos que construir uma cidade para os operários e para os administradores da indústria, nas redondezas da fábrica, na cidade de Aracruz; o Rischbieter se empolgou com o projeto, me ajudou muito em consertar os planos de

financiamento para que se conseguisse realizar as construções habitacionais. Depois, no Banco do Brasil, ele conheceu o Carlos Brandão, e o trouxe para o Banco Central...

O que eu entendo é que houve uma participação maior do Delfim no governo. O Delfim entrou no governo Figueiredo como ministro da Agricultura, vindo de embaixador em Paris, e trouxe ideias que não eram as mesmas ideias do Mário Simonsen, ministro do Planejamento, e do Rischbieter, ministro da Fazenda. O Delfim várias vezes me convidou para trabalhar com ele no Ministério da Agricultura, dada a experiência de quase sete anos de trabalho juntos, no governo anterior. Estava firmemente decidido a não voltar ao governo, muito satisfeito com meu trabalho na Aracruz e com o sucesso que tinha sido a implantação de um projeto daquelas dimensões, mas acabei tendo também um contato muito grande também com o Rischbieter e passamos a ter um diálogo permanente. Ele me pediu muitas sugestões na área de câmbio, na área de crédito, na própria área do Banco Central... E eu me lembro bem que nós nos encontrávamos aqui no Rio, almoçávamos no restaurante do Banco do Brasil, e o Rischbieter tomava nota das sugestões numa cadernetinha preta. De vez em quando ele me cobrava sugestões anteriores e me dizia que estava implementando muitas coisas. Quando ele me convidou para vir para o Banco Central, foi um negócio... foi uma surpresa para mim, porque, por tudo o que eu entendia, ele estava muito bem com o Carlos Brandão. Houve uma certa imposição, talvez menos do Rischbieter do que das forças que atuam no Palácio do Planalto. Quando eu fui convidado para o Banco Central, o presidente Figueiredo me disse - ele está vivo aí para testemunhar -, ele me declarou que tinha sido uma escolha pessoal dele. Ele acentuava que tinha muita satisfação de dizer que a minha escolha tinha sido recomendada pelo Rischbieter, pelo Delfim e pelo Golberri, mas ele fazia questão de, para mim, deixar claro que tinha sido uma escolha pessoal dele.

#### [INTERRUPÇÃO DE FITA]

E.R. - Nós estamos falando, voltando um pouco, sobre algumas rupturas ou continuidades havidas entre as administrações da política monetária e econômica dos governos Castelo e Costa.

E.G. - É, eu diria que os fundamentos são os mesmos. Como você disse, os trilhos corriam na mesma direção. Pode ser que alguma coisa, por exemplo... Terminado o trabalho das reformas, houve mais ênfase no programa de desenvolvimento. Deu-se mais ênfase à produção agrícola, enfatizar mais a expansão das exportações. Em cima das reformas que foram feitas, fizemos a reforma cambial. A inflação já tinha demonstrado que o atraso no reajustamento da taxa de câmbio produzia um efeito muito sério no balanço de pagamentos. Então, nós introduzimos as minidesvalorizações, com uma taxa de câmbio flexível, reajustável em períodos curtos e não previsíveis... Essa regra - que já vinha sendo estudada antes, nós implantamos em agosto de 68. Houve também maior preocupação de usar o crédito seletivo... No período anterior a tônica seria quantitativa. No período seguinte, com o Delfim no Ministério da Fazenda, houve maior utilização do crédito seletivo para a agricultura, para as exportações e para alguns setores industriais. E um processo mais abrangente de controle de preços que também marca uma certa diferença entre as duas administrações. Nós terminamos o governo com mais ou menos uns

300, 320 produtos sob controle, sob administração do governo, em 1974, quando se passou o governo Médici para o governo Geisel. Essa política de controle de preços foi ainda mais intensificada nessa segunda fase.

E.R. - Dr. Galvêas, como o senhor estava nos explicando, a importância do capital privado no desenvolvimento econômico mudou radicalmente, digamos assim, a partir de 64. Antes, numa concepção getulista, digamos assim, do planejamento, o Estado tinha uma importância muito grande, tinha uma intervenção muito grande dentro da organização da sociedade e da organização desses setores econômicos. E, em 64, Roberto Campos, o Bulhões, o Delfim, começaram a dar uma importância muito maior ao capital privado, seja nacional ou internacional, e dentro de uma perspectiva neoliberal, a intervenção do Estado na organização dessas relações devia ser reduzida. Como o senhor vê essa contradição existente entre essa concepção, quer dizer, de menos Estado, e o resultado final, que foi um Estado que acabou crescendo em suas funções? - foi criada uma quantidade bastante grande de instrumentos de intervenção do Estado nas relações não só econômicas, financeiras, mas também sociais.

E.G. - Olha, esse processo começa muito antes. O processo começa - não só no Brasil, mas no mundo todo, de um modo geral - depois da Segunda Grande Guerra. A Europa destruída e os impactos ocasionados pela própria guerra nos países em desenvolvimento trouxeram um grande empobrecimento, de um modo geral, para todas as economias do mundo. E quando as economias começam a se recuperar, a partir de 1945, encontram os empresários, o empresariado, o setor privado desfalcado de capitais. Havia necessidade de reconstruir a Europa. Com que capitais? Com capitais públicos: ajuda externa, Plano Marshall, governo, interferência do governo. Há uma grande participação do Estado na reformulação e na reconstrução das economias europeias. Isso influencia também muitos países em desenvolvimento, a América Latina em especial. A América Latina sofre esse efeito: por um lado, a economia querendo crescer e acompanhar o desenvolvimento que vai ocorrendo a partir de 1945, depois da guerra, e por esse efeito e mais o efeito daquelas doutrinas que começaram a vir da CEPAL nos anos 50.

[FINAL DA FITA 3-A]

E.G. - A economia, segundo essas teorias da CEPAL, não podia ser deixada ao funcionamento livre do mercado por várias razões: uma delas, por falta de capital; outra, pelos desequilíbrios naturais que existem entre a agricultura e a indústria, entre as regiões, entre as classes sociais... A velha tese do Prebisch de que os países subdesenvolvidos, exportadores de produtos primários perdem nas relações de troca, portanto a industrialização é a salvação nacional. Isso tudo levou a uma concepção, nos anos 50, de que o Estado precisava construir a infraestrutura sobre a qual se assentaria posteriormente a empresa privada. E assim se fez. Começa com Getúlio Vargas ao fazer Volta Redonda, e prossegue em vários outros setores. Em alguns setores, por uma razão também muito específica: os europeus, desgastados pela guerra, não têm possibilidade de dar continuidade aos investimentos que tinham feito em portos, em estradas de ferro, em eletricidade, e começaram a escassear os investimentos nessa área. No caso do Brasil - e é mais ou menos o caso de outros países - o governo, para enfrentar o problema da eletricidade, encampa a Light; para resolver o problema das dívidas da Inglaterra

e seus investimentos no Brasil, o governo brasileiro encampa a Leopoldina Railway, encampa a Great Western; com relação aos franceses, encampa o Port of Pará. Houve assim um processo de estatização, retirando empreendimentos que estavam na área privada, muitos na área da empresa privada estrangeira, por uma questão de falta de capacidade de continuidade dos investimentos para acompanhar o ritmo de desenvolvimento econômico. Evidentemente que uma solução mais compatível com a política liberal seria vender esses empreendimentos para empresas privadas no Brasil. Mas também aqui as empresas estavam descapitalizadas, não havia facilidade de levantar recursos nos mercados internacionais para realizar essa transformação. Criaram-se algumas entidades financeiras internacionais, como o Banco Mundial, em 1944, e depois o BID, em 1960...

P.R. - 59.

E.G. - 1959. Mas aí nós vamos ver que essas instituições aderem à concepção estatizante. Começam por fazer empréstimos só para os governos: para os governos estaduais, para os governos federais, para os projetos das empresas estatais... E a economia foi sendo naturalmente estatizada, engrossando os investimentos estatais.

E.R. - O setor produtivo estatal - por exemplo, a Petrobrás, a Eletrobrás ganham um impulso extraordinário. Quer dizer, a Petrobrás se internacionaliza, vira uma holding, em termos de subsidiárias, não é? Quer dizer, esse setor produtivo estatal também ganha um impulso enorme nos governos pós-64, não é?

E.G. - É. Mas há outros fatores que começam a interferir nesse processo. Há uma intervenção, a meu ver burra, do pessoal da UDN, que, como costuma dizer o Roberto Campos...

E.R. - O projeto da Petrobrás e da UDN. Não é?

E.G. - O projeto é deles. O projeto é do Governo Getúlio Vargas e foi trabalhado pelo Rômulo Almeida, mas não era para ser...

E.R. - Tão estatizante.

E.G. - Um monopólio do petróleo tão estatizado como foi. Diz o Roberto Campos que a UDN sempre foi um partido burro com políticos inteligentes. E é isso mesmo. Quando chegamos no momento de uma decisão, havia um clamor público em relação aos assuntos de petróleo - não só aqui, mas em toda parte do mundo. Prevaleceu a ideia de fazer uma empresa estatal para comandar esse processo, mas não com a exclusividade e o monopólio de todas as atividades. Foi pela interferência de políticos da UDN que isso ocorreu e o projeto que o Getúlio acabou sancionando é esse projeto que está aí até hoje, essa Lei 2.044. Mas além disso, foi ganhando corpo a concepção de que o Estado tinha que fazer os investimentos básicos, tinha que organizar o sistema financeiro para prover, amealhar os recursos e depois fazer a irrigação em todas as direções do setor privado. E aí você vai vendo o Banco da Amazônia, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, os bancos de desenvolvimento...

E.R. - A própria criação do Banco Central.

E.G. - O Banco Central é uma concepção diferente. O Banco Central já, em 64, marca a mudança, o ponto de inflexão dessa velha política. Vamos começar aí com um sentimento muito mais neoclássico, muito mais liberal. E' uma mudança de atitude.

E.R. - Mas é um instrumento mais, digamos, estatizado. Menos vulnerável às influências da sociedade, dos bancos privados, dos políticos, como ocorria anteriormente.

E.G. - Mas é diferente, é diferente. A encampação das empresas de eletricidade, de transporte, de comunicações é um processo diferente.

E.R. - É outro processo. Exatamente.

E.G. - Os investimentos em siderurgia, a estatização das indústrias siderúrgicas e das indústrias de comunicações é outro processo. Na petroquímica, por exemplo, no petróleo, é uma decisão derivada da falta de possibilidade dos investidores estrangeiros acompanharem o processo. E o governo fazendo controle de tarifas também desestimulou muito esses investimentos. Outro é o sentimento nacionalista que faz a Petrobrás e começa a dirigir as atitudes do Estado na direção de investimentos maiores no setor da indústria básica. E o terceiro é na área financeira. Aí vem a concepção de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico...

O Banco Central é diferente. O Banco Central é uma instituição de caráter completamente diferente. Ele é o polícia do sistema financeiro, ele é o agente financeiro do governo, é o guardião das reservas internacionais, é o disciplinador da expansão monetária, do controle da liquidez. Ele tem funções tão típicas que ele não cabe situá-lo dentro de um processo de estatização; ele está acima dessas concepções estatizantes. Pode nem estar ligado ao Executivo, pode ser independente, pode ser autônomo, pode estar ligado ao Legislativo, não é? E' uma outra concepção.

Mas mesmo a partir de 1964, houve uma mudança na orientação, mas o processo de estatização continuou. E continuou por quê? Continuou, primeiro, porque o governo não tinha recursos para investir; o setor privado também não tinha recursos para investir; nós recorremos a uma abertura, que foi feita em 1966, uma abertura para os mercados financeiros internacionais. E' quando começam a funcionar com maior intensidade a Lei 4.131 e a Resolução 63 do Banco Central. Começamos a captar muitos recursos no exterior, a princípio para investimentos no setor privado, mas depois o fluxo desses capitais se orientou muito na direção das empresas estatais e dos governos estaduais e municipais. Quer dizer, mesmo a partir de 64, com toda a mudança de concepção, de filosofia não estatizante, de filosofia liberal, privatizante, o processo de estatização continuou muito intenso.

E.R. - Esse processo de estatização tem a ver com o fato dos capitais privados estarem escassos e o Estado ter possibilidade de puxar o ciclo?

E.G. - Olha, esse problema eu acho que tem que ser visto desde o início, para fazer um exame dos dois aspectos da intervenção do Estado no sistema econômico. Um é o investimento direto que, como nós estamos vendo, na infraestrutura de pós-guerra se realiza por uma necessidade de encampar empresas que os estrangeiros estavam abandonando ou relegando a segunda

prioridade. Por outro lado, por uma pressão nacionalista, por uma influência nacionalista, política... E' a UDN, são os partidos de esquerda, todo aquele movimento dos anos 60, de nacionalismo intenso e esquerdista. É uma combinação de política econômica e política política.

E.R. - Ideológica.

E.G. - Ideológica, não é? Agora, do outro lado, temos também um outro aspecto da intervenção, que é a burocracia - uma estrutura de domínio, de conquista de poder através da regulamentação, da imposição de regras, do controle, do comando das atividades privadas. Isso foi feito no Brasil; a princípio, sem que a gente percebesse bem o alcance e as consequências desse processo. Em um determinado momento você vai encontrar que o próprio setor privado reúne os seus interesses a esses propósitos, se associa à burocracia nacional e começa a criar reservas de mercado, subsídios, uma série de limitações para importações, os processos de concorrência etc. E vão se entrosando os interesses privados com os interesses do governo; protegem a indústria de um lado, criam favores, benefícios e privilégios, mas do outro lado, aumenta o poder e a intervenção do Estado, que é mais ou menos o quadro que nós vemos hoje. Quer dizer: os investimentos que o Estado fez no passado com intervenção direta - ou por razões econômicas ou por razões ideológicas -, e um aumento brutal da intervenção do Estado no domínio econômico através da burocracia, através da regulamentação.

Talvez aí é que se possa imaginar o Banco Central também dentro do processo de estatização: o Banco Central foi um ditador de regras, a meu ver abusivas. Excedeu os seus limites, ultrapassou as suas finalidades de banco central, como é a concepção na maior parte dos países do mundo, e começou a querer ser o ditador de todas as regras, de todos os comportamentos.

P.R. - O senhor, quando voltou ao Banco Central, encontrou a estrutura do banco bastante alterada durante a gestão do ministro Mário Henrique Simonsen. Por exemplo: os diretores deixaram de fazer parte do Conselho Monetário Nacional, a escolha dos presidentes e dos diretores passou a independe de audiência do Senado, os mandatos não eram mais fixos, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários, cujo presidente passou a fazer parte do Conselho Monetário Nacional. Essa nova estrutura, o senhor, quando chegou ao banco pela segunda vez, estranhou? O senhor teve dificuldade em se acomodar a ela?

E.G. - Não, eu sempre senti que o Banco Central não era um banco central. Era um conglomerado, era um bicho diferente de qualquer coisa que se pudesse chamar banco central. Fazia crédito agrícola, fazia mercado de capitais, fazia capitais estrangeiros, financiamentos estrangeiros, regulava a Bolsa, regulava tudo. Então, aquele conglomerado chamado Banco Central evidentemente que era uma peça que precisava ou ser corrigida, ou ser podada, ser refeita, reestruturada. Ele foi se afastando e engrossando as suas funções até um ponto em que todos nós percebemos que havia um evidente exagero na estrutura do Banco Central. Daí a concepção de criar uma Comissão de Valores Mobiliários, a exemplo do que existe na Europa, do que existe nos Estados Unidos, para tirar do Banco Central essas atividades ligadas ao mercado de capitais, entregar a um órgão próprio que fizesse a fiscalização, a regulamentação etc. Mas havia muitas outras coisas: de tirar do Banco Central as funções de banco de fomento agrícola, de entregar ao Ministério da Indústria e Comércio os registros de capital estrangeiro,

a aprovação dos investimentos em capitais estrangeiros - tudo aquilo que ficou implantado no Banco Central desde quando o Brasil era um país pequeno em termos de investimentos estrangeiros ou de desenvolvimento industrial.

Então, realmente, não é que eu tenha, entre uma concepção e outra, encontrado muito diferente o Banco Central. O Banco Central expandiu muito. Eu, quando saí em 74, pelo que eu me lembro, o Banco Central tinha 2.500 funcionários; quando eu voltei, cinco anos depois, tinha 7.500 funcionários. Há uma necessidade de dar prestígio ao Banco Central. Então, o Banco Central havia construído edifícios enormes, sedes suntuosas em Brasília, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Salvador, em Recife... Era uma outra concepção de fortalecer o Banco Central e dar prestígio à instituição através de vários processos: aumentando o número de funcionários e aumentando também - o que a meu ver é uma outra distorção - o quadro de competências do Conselho Monetário. Como o Banco Central foi concebido com um conselho que não era constituído da própria direção do Banco Central, com mais alguns elementos de fora - foi constituído mais ou menos à semelhança do que era a antiga Sumoc (aquele órgão de transição, embrionário, que misturava banco central, Tesouro, Banco do Brasil, Inspetoria de Bancos) -, continuou-se a carrear para o Conselho Monetário um excesso de atribuições, um excesso de competências - competências delegadas, muitas delas -, e, com isso, o Banco Central, que é a secretaria do Conselho Monetário, também foi se fortalecendo e recebendo incumbências que não eram típicas nem próprias de um banco central. Houve uma grande distorção nesse processo. E não quero dizer que ele acabou... Eu tive uma gestão muito curta no Banco Central, em 79 - fui de agosto até janeiro de 80, quando passei para o Ministério da Fazenda -, mas mesmo depois, com o Langoni e com o Pastore, não houve nenhuma mudança nem na estrutura nem na concepção do Banco Central. Ele continuou mais ou menos como vinha sendo estruturado desde 1964.

P.R. - E'. Na entrevista que nos concedeu - ainda vai conceder mais uma -, o Dênio Nogueira nos informou que o fato do Banco Central ter ingressado no Sistema Nacional de Crédito Agrícola foi uma necessidade que teve o governo de conciliar com as forças políticas do Congresso, porque havia uma oposição muito grande por parte do Herbert Levy e outros elementos de São Paulo, em função da criação do Banco Central. E eles condicionaram a aprovação do projeto à interferência do Banco Central no Crédito Agrícola. E isso realmente ocorreu porque logo em seguida ele assumiu o Funfertil, o Fundo de Fertilizantes, e uma série de outras atividades nessa área. Agora, como o governo, nessa época, era um governo forte, e o Congresso vivia sob a ameaça das cassações e dos atos institucionais, aquela coisa, o senhor acha, por exemplo, que havia necessidade de uma conciliação política para desfigurar, vamos dizer assim, aquela finalidade básica do Banco Central, que é a de um banco emissor?

E.G. - É. Você tem que lembrar o seguinte: o presidente Castelo Branco era, realmente, um democrata. Embora tenha sido o primeiro chefe do governo militar, num quadro que nós podemos dizer que era uma ditadura - pelo processo de eleição, de seleção dos governantes -, mas ele tinha um grande respeito às instituições jurídicas. Eu também não creio que o dr. Bulhões e o Roberto Campos sejam homens que não usem o poder; eles sabem usar o poder e sabem usar o poder com determinação. Todo mundo conhece o Dênio Nogueira, ele também é muito impositivo. Mas eu acho que havia um clima, naquela época, de fazer alguma concessão. Havia muitas pessoas com declarados propósitos de ajudar e de cooperar no Congresso. O Banco do Brasil, com a sua velha estrutura... Não pôde ser feita uma

transposição total das funções do Banco do Brasil para o novo Banco Central, tais como as questões de crédito agrícola, de capitais estrangeiros, de investimentos, toda essa regulamentação ligada inclusive ao mercado de capitais. O Banco Central foi desenhado, ainda em 1964, com o sentido de ser aperfeiçoado com o tempo, mas eu acho que isso não ocorreu. Pelo contrário, as distorções foram crescendo. E mais atribuições foram dadas ao Banco Central e mais atribuições e competências foram dadas ao Conselho Monetário Nacional, que, a meu ver, precisam ser corrigidas.

Mas quando examino toda essa problemática, vejo que o erro fundamental não está nessa estrutura financeira nem do Banco do Brasil nem do Banco Central. O erro básico está no orçamento, está no Congresso. E' a maneira como se elabora o orçamento, é a maneira como se introduzem emendas, como se aprova o orçamento e como se executa esse orçamento, sem nenhum respeito às regras legais, sem nenhum respeito às definições aprovadas no Legislativo. É na elaboração e na execução do orçamento da União, principalmente, que estão todos os defeitos, estão concentrados todos os erros e toda a origem das distorções.

Fala-se muito, por exemplo, em autonomia e independência do Banco Central, cada um com um conceito diferente. Alguns, por exemplo, imaginam a independência do Banco Central em termos de dar um prazo certo, um mandato fixo aos seus administradores, ou fazer com que a nomeação desses administradores seja aprovada pelo Senado Federal. O Senado não tem mostrado nenhuma competência para aprovar nenhum administrador do Banco Central. O Senado não entende absolutamente nada desse processo de seleção de administrador de uma instituição especializada como é o Banco Central, e só interfere nesse processo para atrapalhar. Como está fazendo agora: indica-se um diretor do Banco Central, ou o processo fica parado numa das comissões demagógicas e de exploração política no Senado, ou fazem-se barganhas para que essa aprovação seja efetivada. Então, o Senado, na verdade, que seria um órgão de grande respeito, que poderia dar um grande respaldo à seleção dos diretores do Banco Central, só apareceu no processo - antes e agora - para perturbar, para distorcer e talvez até desmerecer a seleção do pessoal. Com relação aos mandatos fixos, eu acho que isso é uma questão de felicidade ou infelicidade dos governantes. Um bom governo vai escolher bons presidentes e bons diretores do Banco Central; um mau governo vai escolher maus presidentes e maus diretores. Então, pelo amor de Deus, não vamos dar nem cinco nem sete anos a esses administradores do Banco Central porque pode ser uma catástrofe para a economia do país, não é?

P.R. - Quer dizer que o senhor acredita, então, que essa tese - que aliás é muito defendida pelo Dênio e pelos diretores dele também - da excessiva autonomia do Banco Central é prejudicial à própria função do Banco Central?

E.G. - Sim, eu acho. Acho que esse Banco Central que está aí não é um banco central. Começa por aí. Acho que um banco central que fosse um banco central puro, que tivesse a responsabilidade de cuidar só da liquidez do sistema financeiro, de controlar os meios de pagamento para que eles não sejam nem excessivos para fazer inflação nem insuficientes para fazer deflação, que fosse um órgão capaz de ter as estatísticas mais bem elaboradas e assessorar o governo e fazer uma política cambial visando ao equilíbrio, ao fortalecimento do balanço de pagamentos, se fosse esse o banco central, que existe, por exemplo, na Alemanha - vamos tomar o caso da Alemanha -, eu acho que seria uma beleza que esse banco central tivesse uma



grande autonomia e uma grande independência. Seja em relação ao ministro da Fazenda, seja em relação ao presidente da República, seja em relação ao Legislativo. Mas esse Banco Central do Brasil não é um banco central; ele é um conglomerado, ele é um... como eu digo algumas vezes, é um Frankstein. Ele foi constituído de várias peças, de vários pedaços diferentes. Ele precisa, primeiro, ser transformado num banco central, para então, depois, nós começarmos a pensar se esse novo organismo deve ter autonomia e deve ter independência, e em que limites. Dentro desse quadro, eu acho que autonomia e independência nada a ver com o mandato dos diretores e nem tampouco com...

P.R. - Com prazo fixo.

E.G. - Com a aprovação dos nomes dos diretores pelo Senado Federal.

P.R. - Dr. Galvêas, o senhor, quando voltou ao Banco Central, encontrou uma expansão dos meios de pagamento da ordem de 51%, segundo eu li, e o senhor queria limitar isso a 30%. Como é que foi essa história?

E.G. - Olha, eu sou um economista de formação neoclássica, um economista ortodoxo. Não acredito em heterodoxias. Mas há...

#### [INTERRUPÇÃO DE FITA]

E.G. - Realmente, eu acho que num país como o Brasil, com as dimensões, com as disparidades, com os conflitos políticos e todas essas deformações próprias de um processo de crescimento acelerado, num país grande que está tão atrasado em relação aos grandes países industrializados, eu acho que é possível fazer, é necessário fazer algumas acomodações. Eu sempre fui a favor da política de crédito quantitativo no sentido de impor limites quantitativos ao crédito, e não fazer a regulação da expansão de crédito exclusivamente via taxa de juros... Eu não creio que se deva regular tudo pela manipulação da taxa de juros para regular a expansão de crédito, ou os meios de pagamento, o nível das atividades econômicas, o nível de emprego. É uma concepção muito teórica e muito monetarista. Há alguns mecanismos, que não são tão ortodoxos, não são tão clássicos, mas que no caso do Brasil, pelo menos nessas fases que temos atravessado nos últimos anos, podem ser mais eficientes. Quando voltei ao Banco Central, tentei essa experiência. Debati muito com o Rischbieter e com o Delfim a necessidade de fazermos uma forte desvalorização cambial em dezembro de 79 e, a partir de 1980, conjugar a política ortodoxa clássica de controle da política monetária e fiscal, com alguma imposição quantitativa... A taxa de juros estava tabelada e nós prefixamos os reajustes da taxa de câmbio e da correção monetária. Deixe-me esclarecer que não fomos felizes nisso. Quer dizer, tive uma certa decepção. Essa era a experiência que eu queria fazer no governo e foi uma experiência frustrada. Não conseguimos submeter o regime de salários ao mesmo regime aplicado à política financeira e cambial. E como os salários são um preço crítico muito importante, os salários ficaram de fora e a política realmente não obteve os resultados que esperávamos. Mas, ainda assim eu acho que não se pode condenar o processo de 1980 porque muitos resultados positivos foram alcançados.

P.R. - Em janeiro de 1980, o senhor é convocado para o Ministério da Fazenda, para substituir o Rischbieter. Há sempre, vamos dizer, choque de opiniões entre as pessoas. Houve, novamente, um certo desentendimento entre Delfim e Rischbieter. Delfim já ministro da Agricultura... Não, Delfim já ministro do Planejamento.

E.G. - Ministro do Planejamento.

P.R. - E o Rischbieter, ministro da Fazenda. Quer dizer, uma desarmonia, digamos assim, entre dois organismos vitais na execução da política econômico-financeira do governo.

[FINAL DA FITA 3-B]

P.R. - ...o seguinte: as consequências que podem resultar de uma espécie de desarmonia ou desinteligência entre dois organismos vitais na execução da política econômico-financeira do governo, que são o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. Quer dizer, então, isso deve ter existido entre Delfim e Rischbieter - fato que provocou a demissão do Rischbieter, não é?

E.G. - Olha, mais uma vez eu coloco o problema de maneira diferente, dou um enfoque diferente: o conflito que há é entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento. O Ministério do Planejamento é uma excrescência; o Ministério do Planejamento é evidentemente uma criação, de um certo modo, absurda dentro da nossa concepção de liderança, de condução da política econômica no Brasil, que sempre pertenceu ao ministro da Fazenda e que pertence ao ministro da Fazenda na maior parte dos países. Dentro de um modismo que prevaleceu na década de 50, e muito copiado de alguns países socialistas da Europa, começaram a surgir ministérios de planejamento numa porção de lugares, que em pouco tempo desapareceram. Só persiste no Brasil. Não sei por que o Brasil tem essa capacidade de conviver com as coisas erradas. Há um conflito e vai haver um conflito permanente entre o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. Há uma superposição de atribuições, há um overlapping muito grande entre os dois ministérios. E a não ser que os dois ministros pensem igual, sejam amigos, trabalhem dentro das mesmas concepções, dentro da mesma filosofia de política, é muito difícil que eles atuem sem criar atritos. Quando foi Bulhões e Roberto Campos, evidentemente que os dois trabalhavam a quatro mãos, não havia nenhum conflito. O Bulhões fazia uma coisa, o Campos aprovava; os dois trabalhavam juntos, pensavam igual, não é isso? Mas observa o Delfim com o Hélio Beltrão no Planejamento. Pode dar certo? Não é pelos dois homens; ambos são extremamente simpáticos e agradáveis, eles são amigos, se dão bem. Mas os ministérios não cruzam, os ministérios não casam. [riso] Quando veio o ministro Simonsen com o Rischbieter, também não houve entendimento perfeito, não é? Eu acho que haveria esse conflito com o Delfim ou com o Simonsen; não pelas pessoas, mas pelos órgãos.

Quando o Delfim assume o Ministério do Planejamento, isso se torna muito aparente porque a ideia, realmente, é que o Delfim fosse uma espécie de primeiro-ministro do governo Figueiredo. O governo precisa ter um primeiro-ministro. Tinha dois no governo Castelo Branco, que eram o Bulhões e o Roberto Campos; depois teve o Delfim no Ministério da

Fazenda. Era o primeiro-ministro, não é? Ele fazia o orçamento, ele dava as regras de comportamento, ele distribuía as verbas para os outros ministérios, ele participava da política de investimento na área agrícola, na área de energia elétrica, negociava os empréstimos com o Banco Mundial, com o BID... Então, toda a massa de recursos que ia ser investida em comunicações, em transportes, em energia, passava por aquele primeiro-ministro no Ministério da Fazenda. Essa é a concepção mais tradicional da vida brasileira. Bom, no momento em que você começa a querer separar isso, a fazer do Ministério da Fazenda um ministro mais importante do que o Ministério do Planejamento, cria conflitos. Veja o que aconteceu com o Rischbieter, no Ministério da Fazenda, e o Simonsen, no Ministério do Planejamento. O Simonsen trouxe para ele todo o relacionamento com as entidades financeiras internacionais e assumiu a presidência do Conselho Monetário Nacional... O órgão mais importante, de maior agilidade, de maior poder de decisão no esquema administrativo brasileiro é o Conselho Monetário Nacional. O Simonsen vai para o Planejamento e carrega a presidência do Conselho Monetário Nacional. Sinal evidente de que alguém está sobrando, algum ministério aí está sobrando; não cabem os dois ministérios.

Lembro-me bem das minhas conversas com o Presidente eleito Tancredo Neves, que tinha uma boa experiência administrativa, tinha sido diretor da Carteira de Redescuento do Banco do Brasil, tinha sido primeiro-ministro, durante algum tempo ele ficou substituindo o Moreira Sales no Ministério da Fazenda, viu o funcionamento da máquina, tinha uma grande experiência de coisas do Brasil, governador de Estado... Falei com ele sobre essas coisas e ele me perguntou sobre os conflitos, assim como você está me perguntando. Pediu a minha opinião e eu disse a ele: "A incompatibilidade é o ministério, o senhor tem que fechar o Ministério do Planejamento. Ou cria o Ministério da Economia, fecha os dois e cria um terceiro, muda de nome, mas não pode é ficar com dois ministérios...". O ministro que tem a maior ligação com o presidente é aquele que vai comandar. No caso, o Ministério do Planejamento, localizado no palácio do Planalto, ao lado do gabinete do presidente da República, participando de todas as reuniões das nove horas com o presidente da República e os chamados ministros da Casa. Evidentemente, ninguém supera o poder do ministro do Planejamento, pode ser que ministro for. [risos] Então, tem que casar. O Rischbieter nunca seria capaz de superar os poderes do Mário Simonsen nessa condição. E nem o Rischbieter poderia, da mesma forma, superar os do Delfim. O que que acontece? Sai o Rischbieter. Não por um conflito ou atrito entre o Rischbieter e o Delfim, mas porque há um atrito permanente entre o Ministério da Fazenda e o do Planejamento.

P.R. - Há uma dicotomia de atribuições, não é isso?

E.G. - É evidente. Uma superposição, há um overlapping enorme nas atribuições, nas ingerências dos dois ministérios. A ponto de que o ministro da Fazenda era o representante do Brasil no Fundo Monetário e o do Planejamento era o representante no Banco Mundial. Quando se reuniam as duas organizações, criava-se o problema até de saber quem é que representava o Brasil, porque a reunião era conjunta. [risos] Bom, isso não ocorreu comigo. Por quê? Eu, na verdade, fui para o Banco Central e para o Ministério da Fazenda pela mão do Delfim Neto. Não importa que o Figueiredo tenha me chamado, tenha me dito que a escolha foi pessoal dele. E depois, no Ministério da Fazenda, ele me reiterou a mesma coisa, me deu inclusive carta branca. Disse: "Você nomeia quem você quiser, mantém os homens que você quiser. Eu não vou indicar um homem no seu ministério, nem no Banco do Brasil, nem no

Banco Central, nem na Caixa Econômica. Você tem inteira liberdade de escolha. Escolha os melhores porque se você escolher os melhores, você vai fazer uma boa administração; se escolher os piores, vai fazer uma péssima administração e talvez não termine o seu mandato no Ministério." Com essa história toda, com esses antecedentes todos, [riso] eu voltei para o governo pela mão do Delfim, de quem eu era amigo incondicional e que me convenceu de que o país ia atravessar uma tremenda crise - aquela crise de 74, que pegou o governo Geisel, era "pinto" em relação ao "galo" que vinha aí a partir de 79. A segunda crise do petróleo e a escalada dos juros e o descalabro nas contas públicas eram um negócio de tal ordem que o país ia pagar um enorme preço no processo de ajustamento. Eu tinha que voltar e juntar forças para trabalharmos juntos... Ele insistia comigo desde que ele estava no Ministério da Agricultura. Quando ele foi para o Ministério do Planejamento, evidentemente que ficou com muito mais categoria e muito mais poder para forçar minha decisão e acabou me impondo isso. Acabei voltando para o governo por uma pressão que o Delfim fez lá nos canais competentes. Voltei... - como é que se diz? – compulsoriamente, para assumir o Banco Central.

E.R. - Foi convidado a...

E.G. - Convidado compulsoriamente. Isso me criou muitos problemas, pois a minha família, principalmente minha mulher Léa, não queria que eu voltasse para o governo. Minha mulher e meus filhos, decididamente, foram contra e, hoje, olhando para trás, eu acho que eles tinham razão.

P.R. - Com essa volta do senhor...

E.G. - Deixa eu completar - eu trabalhava com o Delfim a quatro mãos, como o Roberto Campos e o dr. Bulhões. Como eu trabalhei com ele, antes, quando ele era ministro da Fazenda e eu era presidente do Banco Central. Nós já tínhamos essa experiência de nos reunirmos toda manhã, às sete horas da manhã, e de noite e... Ainda mais em Brasília, em que praticamente saíamos do ministério às nove horas da noite, jantávamos juntos; de manhã estávamos juntos, de tarde estávamos juntos, nas reuniões. O Palácio do Planalto tinha uma grande vantagem de você ter garagem. Porque os ministérios em Brasília não têm garagem. Qualquer coisa importante que você esteja discutindo, a imprensa te recebe de manhã na porta do Ministério, na hora em que você sai para almoçar - então você fica impedido de sair para almoçar - e na hora em que você sai do ministério. O Palácio do Planalto tinha a vantagem de ter garagem. Então, as reuniões se faziam mais no Palácio do Planalto e isso deu um entrosamento muito maior entre mim e o Delfim. Mas só funciona quando existe essa...

E.R. - Afinidade.

E.G. - Essa afinidade.

E.R. - Dr. Galvêas, esse seu relacionamento, como o senhor está dizendo, essa amizade incondicional que o senhor e o Delfim Neto têm... Como é que se deu o seu conhecimento com o Delfim e quando os senhores se tornaram colaboradores estreitos a esse ponto?

E.G. - Bom, havia um certo conhecimento da área profissional, acadêmica. Ele era economista de São Paulo, eu era economista no Rio de Janeiro; eu era assessor de ministro da Fazenda, no

Rio de Janeiro, ele assumiu as funções de secretário da Fazenda, em São Paulo... Depois, o Roberto Campos o trouxe para participar do Conselho de Planejamento Econômico, o Consplan. Ele também veio para o Conselho Nacional de Economia no Rio... Em diversas oportunidades nos encontramos. Quando ele veio para o Ministério da Fazenda, me encontrou na Cacex. Nós já havíamos tido uns dois encontros naquelas passagens pelo gabinete do Costa e Silva, mas quando o Delfim veio para o Ministério da Fazenda, ele já me encontrou na Cacex.

P.R. - O senhor falou a respeito da crise que despontou nos anos 80. Realmente, o senhor teve um trabalho muito grande no Ministério da Fazenda nessa época, porque foi um período em que a inflação começou a aumentar e também foi um período em que o PIB começou a dar negativo. E o senhor mais o Delfim tiveram até que negociar com o Fundo Monetário Internacional, em 1981 se não me engano. Como é que foi, exatamente, o aspecto básico dessa crise e as motivações que resultaram dela, dr. Galvêas?

E.G. - Até 1981 nós não víamos nenhum interesse em recorrer ao Fundo Monetário. Isso só foi feito no final de 1982, e o primeiro acordo nosso com o Fundo, na nossa administração, é feito em princípios de 83. Aconteceu, realmente, que o país estava atravessando a crise, desde 74, em função dos investimentos e dos financiamentos estrangeiros. Quer dizer, o país foi brutalmente agredido na primeira crise de 74, perdeu muito com a elevação dos preços do petróleo, com as relações de troca, mas, muito inteligentemente, a administração do presidente Geisel, com o Mário Simonsen e o João Paulo Veloso, cobriu essas deficiências com financiamentos externos. E' o momento em que o governo começa a usar os recursos abundantes do mercado internacional, com taxas de juros baixas, para fazer o processo de ajustamento pelo desenvolvimento econômico.

E.R. - Houve um forte processo inflacionário a partir disso, também.

E.G. - Não tão forte. Mas o mundo todo entrou em crise. Em 1974 o mundo todo entrou em crise, parou de crescer. Em 1975, houve uma depressão mundial: Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, todos caem as suas atividades econômicas. A taxa de desemprego passa de 6% para 8, para 12, para 13% nos grandes países industrializados; eles cortam as importações de petróleo, cortam importações de várias matérias-primas, reduzem as importações e ajustam seus balanços de pagamentos. Em 76, esses grandes países já estão com seus balanços de pagamentos reajustados. Mas os países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, não tinham capacidade de seguir um processo duro de reajustamento dessa forma. Porque a renda per capita é baixa; não havia como impor ao país um sacrifício que comprimissem ainda mais essa Renda e causasse desemprego. E no momento em que os países árabes, enriquecidos com os preços do petróleo, estavam acumulando tremendas reservas no sistema bancário internacional, esses bancos começaram a fazer a reciclagem desses petrodólares através de ofertas a juros baratos, a 5, 6% de juros ao ano... Então, qualquer economista, qualquer administrador, ia imaginar o seguinte: "Eu tomo um dinheiro emprestado a 6% e vou investir nos projetos mais produtivos, que têm uma taxa de retorno de 10,12, 15%..."

E.R. - "Pago e ainda sobram 10%."

E.G. - "Eu pago, ainda sobra. Quer dizer, o país vai ficar mais rico e paga dívida sem sacrifício do povo." E foi...

E.R. - O medo era da estagnação, não é?

E.G. - O medo era de importar a recessão. O medo era da estagnação. Então, algumas coisas foram feitas, na época, a meu ver, com um sentido correto, que depois se viu conter um certo exagero. Como, por exemplo, fomentar os investimentos na área privada, fixando a taxa de correção monetária em 20% porque a inflação devia caminhar para 20%. Em vez de caminhar para 20%, caminhou para 40%, depois para 50, depois para 200%, não é? Mas a concepção era essa: evitar a importação da recessão mundial através da ativação dos investimentos na área pública e na área privada. E como havia recursos abundantes nos mercados internacionais - nós já havíamos construído essa ponte pela Resolução 63 e pela Lei 4.131 -, foi relativamente fácil. Quando os bancos tocavam na nossa porta, nós abríamos a porta e recebíamos os investimentos. Com a grande vantagem de que nós investimos bem esses recursos. Esse é um ponto muito importante: nós tomamos recursos baratos, muito abundantes, ultrapassamos a primeira crise do petróleo... Quando nós chegamos em 1978, praticamente o balanço de pagamentos já estava caminhando para o equilíbrio, as exportações tinham aumentado muito, as importações estavam paralisadas e o processo de ajustamento já estava se completando.

Mas aí vem 1979, com o segundo choque do petróleo. E' quando assume o Presidente Figueiredo. A partir de 79, os preços do petróleo passam de 12 dólares o barril para 36 dólares. E aquelas taxas de juros que tinham regulado os nossos empréstimos - já estávamos com cinquenta e tantos bilhões de dólares de empréstimos, depois passou para 80 bilhões -, de 6% ao ano passou para mais de 20%. A razão principal foi a política americana de controle da inflação, com o senhor Paul Volcker no Federal Reserve.

E.R. - A dívida sobre, nesse período...

E.G. - Com a taxa de juros a 20%, não há taxa de retorno de investimento que pague o empréstimo. E entramos num processo de não poder pagar os juros. Começamos a acumular juros em cima da dívida a partir de 1979. E' aí que começam os piores problemas. De 79 a 83 ocorrem três coisas terríveis, três agressões externas, em repetição daquilo que tinha ocorrido em 74: o petróleo, que triplica; os juros, que se multiplicam por três ou por quatro, e os bancos, num determinado momento de crise - vêm a crise da Polônia, a crise da Argentina, depois a crise do México em 82 -, os bancos fecham as portas aos países do Terceiro Mundo. Então, bruscamente, o Brasil, que recebia um bilhão de dólares por mês de financiamentos do sistema bancário internacional, de repente, parou tudo. Era pagar a dívida e pagar os juros, sem entrada líquida de recursos. Começa a crise do petróleo, e se amplia com a crise dos juros e do sistema bancário... Tudo na administração Figueiredo. É o período mais difícil da história econômica do Brasil. E' quase um milagre que se tenha atravessado esse período de 1979 a 83 com um mínimo de recessão nos anos de 81 e 83. No ano de 81 o PIB cai 2% e em 83 cai 4%. Isso, realmente, é um preço mínimo para quem teve que enfrentar todas essas agressões da área externa, todos esses problemas, atravessar esse período todo e, em 84, entregar o governo com 27 bilhões de dólares de exportações, com 13 bilhões de saldo na balança comercial, com 8 bilhões de dólares de reservas e a economia crescendo a quase 6% ao ano. Evidentemente que a custo de uma inflação de 200%. Não houve como fazer esse reajustamento da área externa sem fazer uma inflação de 200% na área interna.

P.R. - Daí, então, a negociação com o Fundo Monetário?

E.G. - A partir de setembro de 82, com as portas dos bancos fechadas, como é que íamos conviver com a comunidade financeira internacional? Ou nós declarávamos uma moratória, e isso podia criar um pânico, uma crise mundial - porque era Brasil, México e tantos outros - ou nós sentávamos à mesa com o governo dos Estados Unidos, com as autoridades do Fundo Monetário, do Banco Internacional de...

P.R. - De Reconstrução e Desenvolvimento, o BIRD.

E.G. - Não. O BIS, o Bank of International Settlements, de Zurique. Sentamos com o governo, com o Fundo Monetário, com os bancos, que já estavam começando a ter uma experiência com a Polônia e com o México, e concertamos um quadro de negociações para daí para a frente, em que nós não pagaríamos o principal, acomodariamos o pagamento dos juros, receberíamos empréstimos-ponte do BIS, dos bancos comerciais, do Fundo Monetário, do governo americano, até desenharmos uma equação que pudesse resolver o nosso problema em definitivo. E' aí que começam os entendimentos. Em final de 82, eu estava em Genebra, numa reunião interministerial do GATT, quando as pressões eram muito grandes. Recebi as notícias do Brasil, e anunciei à imprensa, lá mesmo, que nós íamos negociar um acordo com o Fundo Monetário. Negociamos, assinamos esse acordo em fevereiro de 83, e a partir daí passamos a viver uma experiência nova em matéria de negociação internacional. A Polônia tinha começado essas negociações - muito mal, porque é um país da área socialista -, mas as dívidas eram praticamente com alguns bancos de governos europeus e isso facilitou as negociações. O México havia iniciado essas negociações basicamente com bancos americanos. E nós tínhamos um universo de setecentos bancos, de Hong Kong, Bahrein, Europa e Estados Unidos - praticamente todos os bancos do mundo eram credores do Brasil. Foi muito difícil montar um processo de negociações. Fomos acumulando experiência. Aquilo que ia sendo feito para o México... Como havia uma grande simpatia dos bancos americanos com o México, nós resolvemos entrar na esteira deles. Como o melhor caminho, quer dizer: o que o México conseguiu, nós vamos conseguir o mesmo ou um pouco mais, não é? O México vinha sempre na frente. Negociou a primeira fase - melhor um pouco que o México; o México negociou a segunda fase, nós entramos aí na esteira do México e negociamos um pouco melhor. Vamos entrar na terceira fase quando mudou o governo, em 75, e, por insistência e por uma posição muito ideológica do PMDB, o novo governo, da Nova República, resolveu romper todos os entendimentos.

E.R. - 85.

E.G. - E'. Rompeu com o Fundo Monetário, rompeu com os bancos e suspendeu todas as negociações.

P.R. - Dr. Galvêas, agora como o senhor vê, do ponto de vista do Brasil, do interesse nacional, esse processo da integração europeia que deverá se iniciar em 1992? O senhor acha que terá reflexos na economia brasileira?

E.G. - Certamente terá reflexos na economia brasileira. Toda vez que se organizam grandes blocos econômicos, as correntes de comércio sofrem mudanças. Essas mudanças podem ser

boas e podem ser más. O que eu tenho visto até agora é que há uma grande preocupação de que a América Latina, exceto o México, vai ficar de fora desses grandes blocos. Está se desenhando a formação de um grande bloco asiático - o Japão, a Coréia, a China, Taiwan, Hong Kong, Singapura. O Mercado Comum Europeu já está concluído e o mercado Estados Unidos, Canadá e México pode se formar a qualquer hora, constituindo outro grande bloco econômico. A América do Sul e o Brasil ainda estão desse contexto. E a África. Mas a África não tem nenhuma expressão econômica mundial, atualmente. A América do Sul ficaria de fora.

Eu vejo esse problema sob dois ângulos: primeiro, a integração do mercado asiático, até agora, é uma conversa fiada. Eu acho que há um predomínio do Japão, uma grande influência do Japão em relação à Coréia, em relação a Hong Kong... Hong Kong vai mudar de situação daqui a pouco, Singapura é um território mínimo, não é?

E.R. - Porque o Japão também é um pequeno território, não é?

E.G. - E', mas com um PIB que vai passar o dos Estados Unidos, não é? [riso] Acho que o Japão é uma força extraordinária. Tem uma grande influência naquela área, mas não tem condições de formar um bloco com a China comunista e os outros países menores - Coréia, Taiwan, Singapura. Eles todos reunidos não chegam perto do Brasil. Todos somados.

P.R. - A disparidade é muito grande em relação ao Japão, não é?

E.G. - Não só a disparidade é grande. A prevalência dos interesses japoneses já começa a criar sentimentos nacionalistas na Coréia, por exemplo. A Coréia já começa a se revoltar contra a influência japonesa, como se revoltava e se revolta ainda contra a influência americana. Há um sentimento nacionalista, que geralmente é um sentimento burro, empurrado por alguns esquerdistas de última hora que não conhecem o processo e fazem o absurdo de se colocar contra tudo. "É americano, eu sou contra. E' japonês, eu sou contra." Isso vai dificultar qualquer integração no lado asiático, mas, de qualquer maneira, penso que se isso acontecesse não teria maior influência em relação ao Brasil. Poderia até nos beneficiar.

Com relação à Europa, eu faço uma colocação sob dois ângulos. Existe teoria econômica de comércio internacional, nas uniões aduaneiras ou nos mercados comuns... Você pode fazer uma união de interesses, uma unificação, uma integração de interesses, aumentando o comércio dentro da região e reduzindo o comércio para fora da região. E' o que eles chamam de trade diversion. Então, faz-se um mercado comum na América Latina, a ALALC ou a ALAD, e a Argentina, o Brasil, o Uruguai, o Chile e o México começam a negociar mais entre eles e diminuem o comércio com os Estados Unidos ou com a Europa. Então, fez-se uma criação aqui que é um trade diversion, é uma... - como é que se diz? - é uma dispersão, uma orientação do comércio em outra direção. E' uma expansão de comércio que não impacta, diretamente, o desenvolvimento econômico. Se a Europa pode fazer um trade diversion ou um trade creation... Quando uma união aduaneira, ou um mercado comum une os diversos países, elimina as barreiras entre eles, esse novo bloco tem um poder de compra maior. Não só dentro do seu território, mas também com relação ao exterior. Então, se essa unificação da Europa, a partir de 1992, representar uma maior proteção para aumentar o comércio dentro da Europa e um menor comércio para fora, todos nós perdemos. Mas se, como aconteceu em 1956 - quando o Mercado Comum Europeu fez uma eliminação de muitas barreiras, ampliou, deu maior unidade



à Europa, criou um grande estímulo ao comércio internacional... Aquela massa reunida passou a importar mais de fora do que importava antes; passou a negociar muito mais dentro das suas fronteiras, mas, ao mesmo tempo, passou a importar muito mais do resto do mundo. Houve um grande progresso mundial, pela expansão do comércio. Expandem as importações da Europa, expandem as exportações do Japão, cresce o mundo asiático, expandem as exportações dos Estados Unidos, que compram mais da América Latina, que exporta mais para a Europa, exporta mais para os Estados Unidos... Foram 25 anos de grande crescimento do comércio internacional, a partir da...

P.R. - Da criação do Mercado Comum.

E.G. - A partir da criação do Mercado Comum. O que que pode acontecer agora com a Europa de 92? Eu acho que pode acontecer a mesma coisa. Se a Europa não for protecionista, se ela não quiser nivelar por baixo - as indústrias menos produtivas estabelecerem os níveis de proteção aduaneira -, se eles fizerem pela média ou pelas empresas mais produtivas, vai haver uma grande expansão do comércio internacional e nós vamos ser beneficiados. Mas suponhamos que tenha uma indústria de vinho, menos produtiva, na Espanha...

[FINAL DA FITA 4-A]

E.G. - ...área agrícola, que é um caso que a gente conhece bastante bem, porque é muito noticiado. Se a proteção dessa nova Europa se fizer em termos da indústria menos eficiente, evidentemente que o protecionismo europeu vai diminuir o comércio internacional. Mas se houver um nivelamento por cima, pelas indústrias mais eficientes - que é a maneira da Europa ganhar com a unidade todos ganham... É proteger em termos da indústria mais eficiente, para que a indústria menos eficiente desapareça ou se adapte, haja mobilização de capital, movimentação de capital, de gente, de recursos etc., mas que as indústrias menos eficientes dêem lugar às mais eficientes. Mas se isso não ocorrer, e pode ser o caso - se houver uma proteção para as indústrias menos eficientes da Espanha, de Portugal, da Grécia ou da Itália -, então, o comércio internacional pode ser afetado. De qualquer maneira, nessa hipótese de um trade diversion, de uma desorientação do comércio em outra direção, eu acho que isso não dura muito tempo. Creio que isso terá um tempo limitado e, posteriormente, vai-se dar, naturalmente, uma expansão do comércio internacional pelo fortalecimento e o progresso que a Europa vai alcançar.

P.R. - Muito bem. Dr. Galvêas, eu estou satisfeito...

E.G. - Vamos tomar mais um cafezinho aí? Dá uma desligadazinha.

P.R. - Vamos sim.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.R. - Então, dr. Galvêas, em nome da Fundação Getúlio Vargas, eu quero agradecer esse depoimento, essa colaboração que o senhor prestou ao nosso projeto, e ficamos na expectativa de, numa próxima oportunidade, ocupar novamente o tempo do senhor com novas perguntas, novos problemas, novas questões. E novas dúvidas.

E.G. - Muito bem. Muito obrigado. Para mim foi uma grande satisfação, uma honra mesmo, colaborar com a Fundação Getúlio Vargas, que é uma das instituições de maior respeito no país e pela qual eu tenho uma extraordinária admiração. Não só pela Fundação propriamente dita, como pelos seus homens. E mais, pelo fato desse projeto ser patrocinado pelo Banco Central, com quem eu tenho tantas ligações históricas.

P.R. - E afinidades, não é isso? O senhor parece que, desses economistas todos que vêm participando da vida brasileira a partir dos anos 50, deve ter sido o único que não foi dos quadros da Fundação, não é? Ou o senhor teve alguma aproximação profissional com a Fundação?

E.G. - Não, eu nunca fui dos quadros da Fundação, nem tampouco participei de seus Conselhos, o que lamento, sinceramente. Embora eu tenha ido lá muitas vezes, participado de seminários e seja muito amigo do Mário Simonsen, do professor Bulhões, do Mello Flores, do Chacel, do Simões Lopes, nunca pertenci aos quadros da Fundação. Nunca tive essa possibilidade. Muito antes de ser economista, eu era funcionário do Banco do Brasil. Então, não havia como me inserir no quadro da Fundação.

P.R. - Muito bem. Muito obrigado, dr. Galvêas.

E.G. - Obrigado a vocês.

[FINAL DO DEPOIMENTO]